

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: abril de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Brasil terá inventário atualizado de emissões – Lúcia Leão - Sítio Eletrônico do MMA – 01/04/2009	6
Líderes propõem criação de fundo de US\$ 15 bi para florestas – Mauricio Thuswohl – Carta Maior – 02/04/2009	7
CNA propõe alterações em legislação ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 02/04/2009	8
Estado quer receber para não desmatar – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 02/04/2009	9
Marina Silva recebe prêmio internacional - Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 02/04/2009	11
Blairo anistia desmatadores, com aval de Minc – Anselmo Carvalho Pinto e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 02/04/009	11
Reunião de líderes em Londres fortalece papel do Fundo Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA – 02/04/2009	13
Evento em Cuiabá debate futuro da Amazônia – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil – 02/04/2009	14
Ruralistas e aliados disputam cargos-chave da Agricultura –Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 02/04/2009	15
Metas para emissões – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009	16
Legislação ambiental prejudica produção - Sítio Eletrônico da CNA - 03/04/2009	16
Aquecimento e humanismo – Fernando Gabeira – Folha de São Paulo – Opinião – 03/04/2009	17
O debate sobre as mudanças climáticas – Myanna Lahsen – Folha de São Paulo – Opinião – 03/04/2009	18
Carbono de florestas esbarra em caos fundiário – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 03/04/2009	20
Ministério debate projeto de lei sobre pagamentos por serviços ambientais – Sítio Eletrônico do MMA – 03/04/2009	21
Pagamento por serviços ambientais é fundamental para o MMA – Sítio Eletrônico do MMA – 06/04/2009	22
Stephanes defende controle para a pecuária de corte na Amazônia. – Sito Eletrônico da Abag – 14/04/2009	23
Usinas movidas a óleo e carvão terão que fazer reflorestamento – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 14/04/2009	25

PA quer estender o tempo para reflorestamento – Folha de São Paulo – Brasil – 15/04/2009.....	25
Estrada no AM dá prejuízo, diz novo estudo – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 15/04/2009.....	26
Transportes diz que obra será "parque" – Folha de São Paulo – Ciência – 15/04/2009	27
Rastreamento mira soja e vê pasto ilegal na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 15/04/2009.....	28
Câmara aprova MP que acaba com licença ambiental prévia para rodovias – Cristiane Jungblut – O Globo - O País – 15/04/2009	28
Minc tenta mudar MP até o último momento – Eliane Oliveira – O Glob – O País – 15/04/2009.....	29
A nova "Operação Amazônia" – Gerson Teixeira – Valor Econômico – Opinião – 15/04/2009.....	30
Negociação climática – Valor Econômico – Internacional – 15/04/2009.....	32
Presidente quer legislação sobre clima este ano – Valor Econômico – Internacional – 15/04/2009.....	32
Parque "de papel" barra desmate, mostra estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/04/2009.....	33
ONGs criticam mudança na lei ambiental – O Globo – Capa – 16/04/2009.....	34
Marina e ONGs criticam nova lei ambiental – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 16/04/2009	34
Eduardo Paes promete vetar o Bolsa-Floresta - Luiz Ernesto Magalhães, Paula Autran e Catarina Alencastro – O Globo – Rio – 16/04/2009	36
Brasil vai usar satélites para vigiar desmatamento de todos os biomas – Bernardo de Mello Franco – O Globo – Ciência – 17/04/2009	37
MST protesta contra mudança do código ambiental em SC – Sítio Eletrônico do MST – 17/04/2009.....	38
Minc contesta regra de licença ambiental – Denise Menchen – Folha de São Paulo – dinheiro – 18/04/2009.....	39
EUA vão passar a regular as emissões de CO2 – O Globo – O Mundo – 18/04/2009	40
Carbono de floresta não ajuda clima, afirma ONG – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 19/04/2009.....	41
Motosserra na legislação – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 20/04/2009 .	43
Estudo vê floresta atlântica maior e mais fragmentada – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 20/04/2009.....	43
Desequilíbrio no paraíso - Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 21/04/2009	46
Empresas confirmam: "soja de áreas desmatadas na Amazônia não será aceita" – Sítio Eletrônico da Abag – 22/04/2009	47
Refugiados climáticos - Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 22/04/2009.....	48
Comissão fracassa e STF vai decidir sobre nova lei – Júlio Castro – Estado de São Paulo – Ciência – 23/04/2009.....	50

Stephanes defende participação da sociedade na reformulação do Código Florestal – Sítio Eletrônico do MAPA – 23/04/2009	50
Governo vai incentivar sociobiodiversidade para combater desmatamento - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 23/04/2009.....	51
Obama começa a delinear política para clima – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 23/04/2009.....	52
Lula, Obama, floresta e clima – Marcio Santinni - Valor Econômico – Opinião – 23/04/2009.....	53
CNA quer argumentos científicos na reforma do Código Florestal – Sítio eletrônico da CNA – 24/04/2009	55
CNA quer argumentos científicos na reforma do Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 24/04/2009	56
O campo no limite Aquecimento põe produção em risco – Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 24/04/2009.....	58
Lula lança ação para reduzir desigualdades na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA – 24/04/2009.....	60
Queimada causa 19% do efeito estufa, diz estudo - Eduardo Geraque – Valor Econômico- Ciência – 25/04/2009	61
Minc diz que taxa sobre petróleo pode ajudar a combater aquecimento global _ Folha de São Paulo – Ciência – 25/04/2009.....	63
Senado debate mudanças no Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 27/04/2009	64
Lula assina decreto da MP 458 e lança ação para amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 27/04/2009.....	65
Os "agropolíticos" da comissão verde – Sítio Eletrônico do MST – 27/05/2009	67
CNA reúne deputados estaduais para discutir mudanças no Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 28/04/2009	69
Estados apóiam criação de códigos ambientais – Sítio Eletrônico da CNA – 28/04/2009	70
Ministério vai unificar exigência de educação ambiental no licenciamento - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 28/04/2009.....	71
MMA defende, no Senado, legislação ambiental brasileira - Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 29/04/2009	73
Governo começa a cadastrar em junho ocupantes de terras da Amazônia – Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009	74
Para ONG, foco deve ser a recuperação de áreas – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009	75
Ruralistas pedem que Estados definam desmate – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 30/04/2009	77
Prazo para evitar perigo climático está quase no fim – Folha de São Paulo – Ciência – 30/04/2009.....	78

Estudos aquecem negociação da ONU sobre clima – Folha de São Paulo – Ciência – 30/04/2009	79
Código Florestal: para Via Campesina, audiência no Senado foi “tiro no pé” dos ruralistas – Sítio Eletrônico do MST – 30/04/2009	80
Debate sobre novo Código Florestal racha Senado – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 30/04/2009	81
Objetivos socioambientais por meio de mercados – Ricardo Abramovay – Valor Econômico – Colunistas – 30/04/2009	83

Brasil terá inventário atualizado de emissões – Lúcia Leão - Sítio Eletrônico do MMA – 01/04/2009

O ministro Carlos Minc anunciou nesta quarta-feira, durante a solenidade de lançamento do livro "Antártica - Bem Comum da Humanidade", que será disponibilizado no próximo mês de julho o novo Inventário Brasileiro de Emissões, que identifica e quantifica as emissões de gases de efeito estufa pelas diferentes fontes de emissão - veículos, usinas termoeletricas, indústrias, queimadas, gado etc. - e regiões do país. Com base de dados atualizadas, ele vai substituir o último inventário produzido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que usa informações de 1994.

"São informações fundamentais para embasar as nossas políticas públicas e a proposta que o Brasil levará para a Conferência do Clima de Copenhague, no final do ano. Estamos trabalhando com dados muito defasados, que podem gerar distorções", afirmou.

Minc ainda informou aos participantes da solenidade - estudiosos e cientistas que vão integrar o Instituto Antártico de Pesquisas Ambientais, que também foi instituído hoje - que o MMA e Ministério de Ciência e Tecnologia instalarão, no próximo dia 17, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, que o ministro definiu como "um IPCC-Brasil".

Ele vai reunir mais de uma centena de cientistas para produzir, até 2012, um relatório que será referendado pelo governo brasileiro e adotado para orientar decisões e políticas públicas. Uma das primeiras aplicações do Painel será a revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Foi a partir da Antártica, onde foi visto o primeiro buraco na camada de ozônio de protege a terra, que o mundo tomou conhecimento dos riscos que a emissão descontrolada de gases de efeito estufa representavam para o planeta. Por isso o ministro defendeu o fortalecimento do Programa Antártico Brasileiro e elogiou o empenho de cientistas como Rubens Junqueira Vilela - o primeiro brasileiro a pisar no Continente Antártico, em 1961, e hoje participa do Instituto Antártico de Pesquisas Ambientais - e de Tânia Brito, autora, editora e programadora visual do livro que estava sendo lançado.

"É um livro lindo, que mostra a beleza e a leveza daquele continente branco, mas é um livro assustador, que mostra que formas de vida estão seriamente ameaçadas e geleiras derretendo num ritmo maior do que se pensava. Isso nos coloca uma série de responsabilidades. O Brasil vai "entrar de cabeça" na discussão do clima. Não seremos passivos, seremos protagonistas entre os países desenvolvidos e emergentes", garantiu.

Com uma tiragem limitada, o livro "Antártica - Bem Comum da Humanidade" será inicialmente distribuído entre estudiosos do assunto. Uma segunda tiragem, que já está sendo negociada com o Ministério da Educação, será destinada às bibliotecas das escolas públicas.

Líderes propõem criação de fundo de US\$ 15 bi para florestas – Mauricio Thuswohl – Carta Maior – 02/04/2009

Em reunião convocada pelo príncipe Charles, herdeiro do trono britânico, governantes das principais economias do planeta se comprometem a criar um mecanismo internacional de arrecadação de fundos para ajudar os países em desenvolvimento a preservar suas florestas. Promessa é levantar cerca de US\$ 15 bilhões até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento em suas ações de preservação florestal.

RIO DE JANEIRO – O temor de que o enfrentamento da crise financeira internacional levasse os principais dirigentes do planeta a relegar a um segundo plano as medidas de combate ao aquecimento global está sendo parcialmente desfeito na reunião do G-20 que acontece em Londres. Após alinhar uma declaração final na qual o componente ambiental estará fortemente presente, os governantes das principais economias acenam com algumas ações concretas em setores como, por exemplo, a preservação das florestas tropicais e o combate ao desmatamento.

Reunidos na quarta-feira (1) a convite do herdeiro do trono britânico, príncipe Charles, importantes líderes afirmaram o compromisso de criar um mecanismo internacional de arrecadação de fundos que levante US\$ 15 bilhões até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento em suas ações de preservação florestal. A decisão deve colocar o Brasil mais uma vez na vanguarda das discussões ambientais, pois o governo brasileiro foi pioneiro ao lançar no ano passado o Fundo Amazônia.

Além do príncipe, participaram da reunião o presidente da França, Nicolas Sarkozy, a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, o rei da Arábia Saudita, Abdullah bin Abdul Aziz, e os primeiros-ministros Angela Merkel (Alemanha), Silvio Berlusconi (Itália), Taro Aso (Japão), Kevin Rudd (Austrália) e Jens Stoltenberg (Noruega). Também ratificaram o compromisso pela criação do fundo o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, o presidente da Comunidade Européia, José Manuel Durão Barroso, e o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick.

O Brasil foi representado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e pelo diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo. O representante do Ministério do Meio Ambiente saiu satisfeito da reunião: “Este foi o encontro de mais alto poder de decisão já realizado para discutir a questão da floresta no contexto do aquecimento global. Essa reunião é uma vitória, pois mostra que conseguimos definitivamente incluir temas como a preservação florestal e o uso sustentável da floresta no âmbito das discussões climáticas”, disse Azevedo.

A proposta de adoção de um mecanismo de arrecadação de fundos para salvar o que ainda resta das florestas deverá ser citada na declaração final do encontro do G-20 em Londres. O documento, cujo esboço já foi divulgado, pedirá uma “recuperação verde” para a atual crise econômica global: “Devemos iniciar imediatamente a transição para tecnologias e infraestruturas inovadoras e eficientes no uso de recursos naturais”, declararão os líderes globais.

Primeira

doação

O anúncio da criação do fundo para preservação florestal do G-20 aconteceu dias depois de o governo brasileiro confirmar o recebimento de US\$ 110 milhões para o Fundo Amazônia. A quantia, liberada em 25 de março, foi doada pelo governo da Noruega. Os noruegueses se comprometeram a realizar novos aportes financeiros para o fundo, que pretende arrecadar US\$ 1 bilhão nos próximos três anos. A Alemanha já confirmou uma segunda doação, que será de US\$ 18 milhões, e outros aportes virão: “Já temos dois outros países doadores praticamente acertados, mas não vou revelar os nomes para não atrapalhar as negociações”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

O dinheiro do Fundo Amazônia será gerido pelo BNDES, e será aplicado somente em projetos aprovados no âmbito do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). O banco receberá e analisará projetos em gestão de áreas protegidas, conservação e uso sustentável, monitoramento, manejo florestal e zoneamento ecológico-econômico. Para dar maior transparência à aplicação dos recursos, o BNDES prometeu criar um sítio de acompanhamento na internet.

CNA propõe alterações em legislação ambiental – Sítio Eletrônico da CNA – 02/04/2009

A preocupação com as dificuldades impostas pela legislação ambiental vigente para a produção rural foi discutida hoje (2/4) entre a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e o promotor público do

Meio Ambiente do Ministério Público de Uberlândia, Fábio Guedes, durante encontro na sede do órgão na cidade mineira. Citando, um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que indica que apenas 30% do território nacional ficariam disponíveis para todas as atividades econômicas se a legislação fosse integralmente cumprida, a senadora defendeu discussões sobre a reforma do Código Florestal Brasileiro, que é de 1965, com base em argumentos científicos e com a participação de especialistas nos debates.

“Hoje, tudo é feito na base do achismo e de paixão pela ideologia, mas de paixão em paixão não resolveremos nada”, disse. Kátia Abreu afirmou que os produtores são os principais defensores da preservação do meio ambiente e destacou que o uso de tecnologias tem feito com a prática da agropecuária não leve a novos desmatamentos. “Se não fosse a tecnologia usada hoje, precisaríamos de 60 milhões de hectares a mais para produzir”, disse.

Ela informou ao promotor que um grupo de trabalho está discutindo proposta de alteração no código, a pedido do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que deverá ficar pronta em dois meses. Entre as propostas, defendidas pela senadora para mudar a lei, está o cômputo de Áreas de Preservação Permanente (APP) em áreas de Reserva Legal. Ela disse ainda ao representante do Ministério Público que o Congresso Nacional também tem defendido o tema.

Fábio Guedes concordou com as observações feitas pela senadora. “As discussões sobre o tema devem ter base científica”, afirmou. O promotor criticou também a falta de apoio ao setor, com políticas de financiamento da atividade e a falta de infra-estrutura. Participaram do encontro o vice-presidente executivo da CNA, Fábio Salles de Meirelles Filho, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas, Roberto Simões, o presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Paulo Ferolla e o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, José Olavo.

Estado quer receber para não desmatar – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo –
Ciência – 02/04/2009

Governadores da Amazônia defendem que estrangeiros paguem a produtores rurais
pela manutenção da floresta em pé

Ivo Cassol (RO) chegou a sugerir uma taxa de 20% sobre os ingressos da Copa de 2014;
ministro Minc propôs "pacto" com setor

Carlos Minc (esq.) cumprimenta Blairo Maggi, ontem; em sua primeira visita oficial a Mato Grosso, o ministro do Meio Ambiente disse ter vindo celebrar a "paz ecológica" com o governador, a quem acusou em 2008 de querer "plantar soja até nos Andes"

RODRIGO **VARGAS**
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ

Governadores de cinco Estados da Amazônia Legal defenderam ontem, em Cuiabá, a necessidade da implantação de compensações financeiras aos produtores rurais que deixarem de desmatar. Os chamados "pagamentos por serviços ambientais", segundo os governadores, são a forma de conciliar "crescimento econômico com sustentabilidade ambiental".

A manifestação foi feita no primeiro dia da 14ª edição do Katoomba Meeting, um encontro internacional de lideranças políticas, pesquisadores e ambientalistas que discutirá, até sábado, a implantação de instrumentos de mercado para a redução das derrubadas e da emissão de gases-estufa.

Abarcados em um conjunto de propostas conhecido pela sigla Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) -e financiados com recursos internacionais-, tais pagamentos compensariam desde a recuperação de áreas já desmatadas até a manutenção de faixas intactas da floresta.

"O Redd é o mecanismo de que Mato Grosso precisa. Não estamos em confronto com a área ambiental. Precisamos encontrar uma saída para que os ativos ambientais que temos passem a valer alguma coisa", disse o governador do Estado, Blairo Maggi (PR), um dos maiores sojicultores do país.

O governo de Mato Grosso finaliza um projeto que prevê a oferta de serviços ambientais numa zona de 10 milhões de hectares no noroeste do Estado. A área de densa floresta é a que está sob maior pressão de desmate em Mato Grosso.

Ivo Cassol (sem partido), governador de Rondônia, reclamou por nunca ter recebido dos países ricos para ajudar a preservação. E lançou uma inusitada proposta: que os estrangeiros sejam obrigados a pagar uma taxa de 20% sobre "os ingressos e passagens da Copa de 2014", em benefício de um fundo ambiental. "Muitos bilionários falam da preservação da Amazônia, mas nunca recebi um tostão sequer para preservar as nossas matas." Para Eduardo Braga (PMDB), governador do Amazonas, os países ricos "devem financiar" a preservação da floresta, pois são os "grandes responsáveis" pelas emissões.

De **bem**
Em sua primeira visita oficial a Mato Grosso, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) mencionou ontem o fato de ter se envolvido, à época de sua nomeação, em uma polêmica com o Maggi. Para Minc, a "desconfiança inicial" foi superada e o momento agora é de "parceria".

Cassol e Maggi questionavam em 2008 os números do desmatamento divulgados pelo Inpe

e as medidas de controle anunciadas pela então ministra Marina Silva. Cassol chamou a ministra de "despreparada" e os dados de "mentirosos". Ontem, disse que os governadores são injustamente responsabilizados "por tudo o que é negativo" em relação à Amazônia. "Se não podemos mais desmatar, tem que haver uma política alternativa", disse. Minc participou ontem de uma reunião com representantes de entidades ligadas à agricultura e a pecuária. Ouviu pedidos de "suspensão de multas" e retirada de nomes que constam da lista de embargos do Ibama. E prometeu discutir um "pacto" com o setor. "Queremos mais gado, mais agricultura e mais floresta. O Brasil é muito grande e permite que façamos simultaneamente todas estas coisas", disse o ministro, que encerrou a reunião justificando que precisaria voltar logo a Brasília. "Senão, não dou as licenças para o PAC e a Dilma [Rousseff, da Casa Civil] corta o meu pescoço." Mais cedo, Minc anunciara que o governo federal começará a financiar a partir de maio projetos de preservação e recuperação ambiental com recursos do Fundo Amazônia, mecanismo de Redd proposto em 2007 pelo governo federal e que funciona com doações - a primeira, e por enquanto única, é de US\$ 130 milhões da Noruega. "A partir de maio eles começarão a ser aprovados e executados", prometeu Minc.

Marina Silva recebe prêmio internacional - Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 02/04/2009

A senadora Marina Silva (PT-AC), colunista da **Folha**, foi anunciada ontem como vencedora do Prêmio Sofia 2009, no valor de US\$ 100 mil. Criada em 1997 pelo escritor norueguês Jostein Gaarder (autor do best-seller "O Mundo de Sofia"), a honraria reconhece pessoas e organizações que ajudam a reforçar a consciência ambiental. O prêmio será entregue em junho. "Foi uma surpresa muito agradável. No dia em que o pessoal da fundação me ligou eu estava no auge da dengue [há uma semana], com muita dor de cabeça e febre", disse. Este é o quarto prêmio internacional que a senadora recebe desde que pediu demissão do cargo de ministra do Meio Ambiente, em maio de 2008. "Acho que é um reconhecimento pelo que estava sendo feito [no ministério] e um incentivo para que as políticas continuem". A ex-ministra criticou Santa Catarina por aprovar anteontem uma lei que reduz as áreas preservadas junto aos rios. Para ela, o Estado que viveu uma catástrofe recentemente "agora se coloca numa posição de fazer uma catástrofe desejada ao flexibilizar cada vez mais a legislação ambiental". Ela disse ainda que o governo todo terá de trabalhar para que o Congresso não se renda à pressão de afrouxar o Código Florestal. (AFRA BALAZINA)

Blairo anistia desmatadores, com aval de Minc – Anselmo Carvalho Pinto e Catarina Alencastro – O Globo – O País – 02/04/009

Produtores rurais terão multas perdoadas e voltarão a ter acesso a financiamentos oficiais; basta se cadastrar

CUIABÁ e BRASÍLIA. Com o aval do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o governo de Mato Grosso está anistiando produtores rurais que degradaram o meio ambiente em suas fazendas na Floresta Amazônica.

Basta que eles façam a adesão ao MT Legal, programa aprovado ano passado, que deve beneficiar cerca de 140 mil proprietários rurais no estado.

Fazendeiros com passivos ambientais não podem obter financiamentos oficiais. Esse impedimento cai com a adesão ao programa, que ainda prevê a anistia das multas pelos desmatamentos ilegais: o MT Legal estabelece que o proprietário de reserva legal inferior ao estabelecido pela legislação deverá assinar um termo de ajustamento de conduta, o que o livra da multa pelo passivo ambiental.

Anteontem, Minc assinou em Cuiabá um termo de cooperação com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, para viabilizar o funcionamento do Cadastro Ambiental Rural e do Sistema de Licenciamento Ambiental das Propriedades Rurais, que dão sustentação ao MT Legal. Para aderir ao programa, o produtor deve regularizar as fazendas e cadastrá-las no prazo de um ano após a publicação da lei. Cumprida essa etapa, o proprietário terá de um a três anos, dependendo do tamanho da propriedade, para regularizar a reserva.

O ministro Carlos Minc disse que o MT Legal é um exemplo que poderá ser adotado em outros estados da Amazônia Legal. Segundo ele, Blairo, com quem disse ter feito as pazes, passou três meses indo a Brasília para adaptar a legislação aprovada no estado à lei federal.

— A guerra é um meio para alcançar objetivos de paz sustentável.

Guerreei com o Maggi e fiz o pacto. A guerra é para obrigar a mudar o comportamento.

Mato Grosso desmatava 11 mil km² por ano e está desmatando 2.500 km² por ano.

Houve uma mudança aí. Vou continuar guerreando e fazendo as pazes — disse.

Minc acredita que o MT Legal levará 220 mil produtores do estado à legalidade. Esses proprietários de terra — que desmataram a reserva legal além do permitido — terão até 30 anos para recuperar os danos ambientais.

Eles terão de se comprometer a resgatar a vegetação nativa por meio de um termo de ajustamento de conduta ou comprando terras em unidades de conservação, em locais determinados pelo órgão ambiental do estado. Para Minc, interessa aos agricultores fazer a regularização ambiental para voltarem a ter crédito. Minc disse que Blairo foi habilidoso ao consultar a área ambiental do governo sobre a lei aprovada no estado.

Reunião de líderes em Londres fortalece papel do Fundo Amazônia – Sítio Eletrônico do MMA – 02/04/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, saudou como positivo e emblemático o debate entre os líderes das principais economias mundiais e dos maiores países tropicais do mundo sobre a criação de um mecanismo internacional de até US\$ 15 bilhões para o financiamento da conservação e uso sustentável das florestas tropicais. Segundo ele, a discussão do tema mostra a potencialidade do Fundo Amazônia como mecanismo para atrair milhares de euros para projetos na Amazônia.

De acordo com o ministro, as possibilidades abertas com a discussão de Londres mostram a importância de se escolher os melhores projetos para atrair esses recursos. "Temos que ser como uma vitrine para o mundo, oferecendo projetos para, por exemplo, a recuperação de áreas degradadas e pagamentos por serviços ambientais", disse. Minc lembrou que o Brasil foi o primeiro país, pós-Kyoto, a instituir uma forma legal de atrair recursos para a conservação da floresta referindo-se ao Fundo Amazônia.

Durante a reunião de Londres, organizada pelo príncipe Charles, da Inglaterra, foi debatida a ideia de se criar um mecanismo internacional de financiamento que levante entre US\$ 10 e 15 bilhões, por ano, entre 2010 a 2020. Esses recursos seriam repassados a países tropicais com base em resultados alcançados na conservação das florestas.

A reunião de alto nível contou com as presenças dos primeiros-ministros do Japão, Austrália, Noruega e Itália e dos presidentes da França e da Indonésia. Presentes, o rei da Arábia Saudita e a chanceler alemã, Angela Merkel, além de Hilary Clinton, secretária de Estado norte-americana. Participaram também o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, e o presidente da Comunidade Europeia, Durão Barroso. O Brasil foi representado pelo chanceler Celso Amorim, acompanhado pelo diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo.

De acordo com Tasso Azevedo, esse foi o encontro de maior poder de decisão já realizado para discutir a questão da floresta no contexto do aquecimento global. "A reunião mostra que conseguimos definitivamente incluir nas discussões da Conferência do Clima o tema florestal e seu uso sustentável", disse o diretor.

Os líderes mundiais concordaram em estabelecer um grupo de trabalho internacional que deverá apresentar um modelo de operacionalização da ideia até julho deste ano. A proposta é buscar um modelo que seja passível de consenso antes da Conferência das Partes da

Convenção de Mudanças Climáticas, a ser realizada em Copenhagem, marcada para o final do ano.

Evento em Cuiabá debate futuro da Amazônia – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil – 02/04/2009

Não podia ter sido mais surpreendente: 1.200 pessoas reunidas em Cuiabá, ontem, num evento de nome exótico - o Katoomba Meeting XIV -- discutindo os possíveis impactos de duas siglas no futuro da Amazônia. A primeira é a vedete que corre em paralelo à negociação internacional sobre a mudança do clima, REDD, ou Redução de Emissões pelo Desmatamento e Degradação, e a outra bem mais antiga, PSA, ou Prestação de Serviços Ambientais. O anfitrião é o governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, Estado que perdeu para o Pará o título de campeão do desmatamento da Amazônia e adotou o discurso da "floresta em pé".

"Apenas esforços de conservação não vão garantir o destino da Amazônia", disse Michael Jenkins, presidente do The Katoomba Group e da ONG americana Forest Trends. "A chave está nos mercados que valorizam a floresta em pé e em seus serviços ambientais." Katoomba é o lugar na Austrália onde nasceu este grupo de pessoas que aposta no pagamento de serviços ambientais - desde a manutenção da biodiversidade, a dispersão de sementes ou a purificação da água até sua versão mais conhecida, o mercado de carbono.

Segundo Jenkins, este é o momento certo para a discussão destes temas, para viabilizar "uma visão comum e resultados concretos antes que seja tarde demais". Ele fica reticente ao ser questionado se não é estranho pagar a brasileiros sobre algo que deveriam fazer para cumprir a lei. "O mundo precisa de mais comida, o mundo precisa de mais energia. A grande batalha é conseguir o equilíbrio de tudo isso com os serviços ambientais."

Para muitos dos pesquisadores, ambientalistas, acadêmicos e políticos que estarão reunidos até sábado, a melhor resposta está em programas de REDD. A sigla apareceu nas conferências do clima, mas, por ora, corre em raia própria. Não existia à época do Protocolo de Kyoto e a esperança de quem torce por ela é que entre no acordo de Copenhague, em dezembro. "É a melhor oportunidade que temos para preservar a Amazônia", diz Virgílio Viana, diretor da Fundação Amazonas Sustentável. Segundo ele, o mercado movimentou US\$ 118 bilhões em 2008. Bastaria 10% disso para chegar a US\$ 12 bilhões, cifra que aparece em vários estudos como sendo a quantia necessária para estancar o desmatamento.

REDD é ainda, basicamente, uma visão. É de Viana o primeiro (e praticamente o único) projeto do gênero no país, no Amazonas, iniciado em 2008. Mas trata-se de uma promessa atraente o bastante para garantir a presença de outros quatro governadores amazônicos no evento - Ivo Cassol, de Rondônia, Ana Júlia Carepa, do Pará, Arnóbio Marques, do Acre, e o amazonense Eduardo Braga - todos afinados num discurso muito verde e apostando nos impactos positivos de manter a "floresta em pé".

"Temos que conectar os esforços regionais, nacionais e internacionais", disse Tony Brunello, secretário-adjunto de Energia e Mudança Climática da Califórnia (EUA), depois de exibir fotos da visita dos governadores amazônicos a Arnold Schwarzenegger, no fim de 2008. "Foi um encontro para coordenar iniciativas", continuou. "O verdadeiro desafio é fazer com que as pessoas da Amazônia vivam com dignidade", disse o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc.

Ruralistas e aliados disputam cargos-chave da Agricultura –Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 02/04/2009

O Ministério da Agricultura está no centro de uma acirrada disputa partidária por dois cargos estratégicos. A saída do secretário-executivo, Silas Brasileiro (PMDB-MG), para assumir o mandato do deputado cassado Juvenil Alves (PRTB-MG) e a licença temporária do presidente da Embrapa, Sílvio Crestana, abriram o apetite da influente bancada ruralista e de alguns partidos da base política do governo.

O PMDB tem nomes para os dois cargos, mas o ministro Reinhold Stephanes reivindica a indicação para a secretaria executiva e o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), tenta emplacar um aliado no comando da Embrapa. Ao Palácio do Planalto, interessa "blindar" a principal instituição nacional de pesquisa contra eventual loteamento partidário. E o PT quer manter alguns postos-chave na estatal.

A saída de Silas Brasileiro estimula um enfrentamento entre o ministro e a cúpula do PMDB. Apoiados em parte da bancada, dirigentes do partido querem escolher um nome afinado com o presidente da Câmara, Michel Temer (SP). O nome mais forte, e que tem até lista de apoio, é Francisco Jardim, atual superintendente do ministério em São Paulo. Por fora, corre o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Wagner Rossi. Mas Stephanes reuniu força política para ter direito de indicar um nome de sua estrita confiança, o que não ocorreu na escolha de Silas. O preferido seria seu braço direito Newton Pohl Ribas.

As divergências já chegaram ao Planalto, mas ainda não há definições. Com prazo até 1º de maio para voltar à Câmara, Silas ainda tenta ficar no cargo, à espera de um "fato novo", mesmo sabendo da estreita margem interna de manobra. "Um fato novo poderia ser

um apelo do partido ou do ministro para eu ficar. Mas ele disse que era minha oportunidade de assumir", disse ontem Silas Brasileiro ao Valor. "Ou um apelo do Palácio, que dissesse que era mais importante eu ficar aqui". Nesse caso, informa-se nos bastidores, haveria interesse de auxiliares do presidente Lula em trazer à Câmara o próximo da fila, o influente petista mineiro Paulo Delgado. Mas teria que haver uma "compensação" a Silas.

Ele despista: "Isso seria um 'fato novo'. Não podemos descartar nada. Mas não teve nada. Ele me fez uma visita, é um parlamentar extraordinário, mas veio só cumprimentar". Se dependesse de Silas, a opção seria permanecer. "Gosto muito de ficar aqui. Se fosse para optar, ficaria aqui sempre. Me faz bem e posso ajudar estando aqui. Aqui, o campo tem mais abrangência". Em último caso, Silas quer influir na sucessão. "Se eu pudesse ser ouvido pelo partido e o ministro, gostaria de participar", diz. E quem seria seu preferido? "O Gerardo (Fontelles) seria um bom nome", afirma, em referência ao seu braço direito na secretaria.

A poucos quilômetros do gabinete de Stephanes, a disputa política pela presidência da Embrapa foi aberta pela saída "temporária" do físico Sílvio Crestana, indicado pelo ex-ministro Roberto Rodrigues e chancelado pelo PT de São Carlos (SP). O PMDB tende a apoiar o ex-diretor da estatal Dante Scolari, um experiente pesquisador e atualmente assessor da Comissão de Agricultura da Câmara. Mas o governador Eduardo Campos joga pesado para emplacar o aliado José Geraldo Eugênio de França, um dos três atuais membros da diretoria executiva da Embrapa. Entre as preferências, está o pesquisador Francisco Reifschneider, que tem apoio de setores do Itamaraty e a simpatia da "velha guarda" da Embrapa. Mesmo de saída, Silas Brasileiro dá uma dica da posição interna no caso: "Há muita especulação, lógico. Mas o Sílvio deve voltar".

Metas para emissões – Valor Econômico – Internacional – 02/04/2009

O presidente do México, Felipe Calderón, defendeu ontem que países em desenvolvimento precisam adotar metas para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

Legislação ambiental prejudica produção - Sítio Eletrônico da CNA - 03/04/2009

A necessidade de reformulação do Código Florestal, que se tornou inaplicável e coloca o produtor rural em situação de ilegalidade, foi discutida hoje entre a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, e o promotor público do Meio Ambiente do Ministério Público (MP) de Governador

Valadares (MG), Leonardo de Castro Maia, nesta manhã, na sede do órgão, durante a programação de lançamento do *CNA em Campo*. Defensora da mudança na legislação ambiental para que os produtores possam cumpri-la, Kátia Abreu expôs ao representante do MP a preocupação do setor com a inviabilização da atividade a partir do cumprimento integral da lei, o que pode afetar 5 milhões de propriedades. “Vamos lutar no Congresso Nacional por mudanças na legislação, que está obsoleta”, afirmou.

Baseada em estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a senadora afirmou que apenas 33% do território estariam disponíveis para atividades econômicas se a legislação fosse cumprida na íntegra. “Não tem sentido, pois a média mundial mostra que a maioria dos países destina de 10% a 15% de seu território para áreas de preservação ambiental”, disse. Ela também mostrou ao promotor o alto custo para recompor áreas desmatadas, que é de R\$ 8 mil a R\$ 10 mil por hectare.

“Fazer isso sem recursos é impossível. E o direito adquirido também deve ser respeitado, pois a criação da reserva legal surgiu depois que muitos desmataram e estão com sua produção consolidada”, justificou Kátia Abreu, acompanhada pelo Vice-Presidente Executivo da CNA, Fábio de Salles Meirelles Filho, o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Minas Gerais, Roberto Simões, o ex-presidente do Sindicato Rural da cidade, Roberto César, e o novo presidente do mesmo sindicato, empossado hoje, Afonso Luiz Bretas. O encontro no Ministério Público foi o segundo compromisso da senadora na cidade mineira. O primeiro foi um café-da-manhã com a prefeita da cidade, Elisa Costa, com a presença de diversas autoridades locais.

Aquecimento e humanismo – Fernando Gabeira – Folha de São Paulo – Opinião – 03/04/2009

RIO DE JANEIRO - Magro, arrumadinho, aos 85 anos, o físico americano de origem inglesa Freeman Dyson lembra um pouco Bertrand Russel. Não era tão polêmico até que começou a criticar a tese do aquecimento global. Algumas pessoas chegaram a achar que Dyson começou a caducar. Mas um de seus amigos, especializado em mentes, o psiquiatra Oliver Sachs, afirma que a cabeça de Dyson continua aberta e flexível. O pequeno livro de Dyson, "O Sol, o Genoma e a Internet", já foi rapidamente comentado por mim nesta página. Ele afirma que a energia solar, a internet e a engenharia genética são tendências que devem dominar o século 21. Popper afirmava que a história humana é imprevisível, porque não se pode prever o futuro do conhecimento humano. Mas tendências são previsíveis, ou pelo menos admissíveis. As críticas de Dyson às teses do aquecimento global, que considera exageradas, não significam que ele seja contra a ecologia, pois é um dos grandes críticos do carvão e entusiasta da energia solar. Elas são discutidas porque ele é um cientista respeitado, com incursões no nuclear, nas questões espaciais e também com algumas pesquisas dedicadas à

paz.

Quando viu o filme de Al Gore, com a mulher, ela ficou brava com ele: "Você me disse que nada aconteceria com os ursos polares". Ele respondeu: "Não se preocupe, os ursos polares estarão bem".

Dyson acha que é preciso se concentrar na luta contra a pobreza e as doenças. Ele é um humanista. Impossível reproduzir a discussão científica, mas a crise econômica mundial permitiu, agora mais do que nunca, uma aproximação da ecologia com o humanismo. Por que não unir as duas pontas? Sobretudo numa mente flexível e aberta como a de Dyson. Pelo menos em casa, ele terá de responder pelo futuro dos ursos polares.

O debate sobre as mudanças climáticas – Myanna Lahsen – Folha de São Paulo – Opinião – 03/04/2009

MYANNA LAHSEN

É FÁCIL criar confusão sobre a ciência do clima. E as consequências dessa confusão podem ser enormes e catastróficas. O exemplo são os EUA, onde, desde os anos 90, uma dezena de cientistas contrários (em inglês, "contrarians") têm dado uma força fundamental a um movimento conservador e antirregulatório, contestando a ciência e as preocupações relativas às mudanças climáticas provocadas pelos seres humanos. Financiado e organizado por uma elite financeira sem paralelo do outro lado, o movimento tem tido impacto importante na opinião pública americana. Consequentemente, esta é muito mais cética no assunto e menos inclinada a apoiar políticas públicas na área se comparada, por exemplo, com populações da Europa. No Brasil, não temos visto -até agora- um movimento organizado questionando a ciência do clima, pois não há fortes interesses materiais nisso. Mas essa situação pode mudar com o aumento das pressões para que o Brasil cumpra metas obrigatórias de redução das suas emissões, sobretudo as ligadas ao desmatamento. Por todas essas razões, é importante responder quando jornais brasileiros de alta influência publicam artigos questionando as conclusões do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, na sigla em inglês), das Nações Unidas, e mais ainda quando invocam a autoridade dos cientistas contrários americanos, como fez José Carlos de Azevedo nos textos publicados por esta **Folha** em 13/10/08 e 25/2/09. Azevedo se apoia num relatório do NIPCC -organização criada para contestar as conclusões do IPCC- e o apresenta, ao lado dos cientistas contrários Fred Singer e Frederick Seitz, como fonte mais confiável de conhecimento científico do que o IPCC. Algum debate deve existir e é saudável, pois as mudanças climáticas globais são uma ameaça complexa e há incertezas. O que é perigoso e errado é sugerir que os cientistas céticos e o relatório do NIPCC são fontes mais confiáveis para o conhecimento científico do que o IPCC. Por cima, Azevedo baseia seus argumentos contra o IPCC e as evidências científicas das

mudanças climáticas num entendimento errado do que é o IPCC -que não é uma instituição de pesquisa, ao contrário do que ele diz. O IPCC não faz previsões de tempo nem do clima. Ele avalia ciência já produzida. Há tantos erros nos artigos que o espaço não permite a correção de todos. O importante é que os leitores brasileiros saibam identificar as fraquezas dos argumentos de Azevedo e os perigos que esse tipo de discurso representa, à medida que consegue colocar em dúvida a necessidade de agir para diminuir o risco e os impactos das mudanças ambientais globais. Azevedo escreve que o relatório do NIPCC, contrariando o IPCC, foi produzido por "muitos" cientistas "renomados". Esse número, 23 cientistas, é muito pequeno se comparado aos milhares de cientistas que participaram da produção dos relatórios do IPCC, os quais sempre são submetidos a um processo de revisão científica ("peer review") rigorosa e extensa. Além disso, cientistas do NIPCC, tais como Singer e Seitz (que Azevedo cita como autoridades científicas), não são cientistas ativos e reconhecidos na área do clima. Singer tem publicado poucos artigos em revistas científicas na área do clima, mas nada de impacto. Seitz nunca fez nem publicou ciência sobre o clima e faleceu em março de 2008, aos 96 anos, décadas após sua aposentadoria. Ambos se dedicaram à política muito tempo atrás, com grupos conservadores ligados a elites financeiras e indústrias interessadas. Seus discursos e associações demonstram valores políticos e culturais fortemente antirregulatórios e antipolíticas ambientais, colocando em dúvida as autoidentificações com a objetividade. O mais problemático é que eles têm participado integralmente de práticas enganosas para simular autoridade científica não merecida, amparados por interesses financeiros privados, como eu e outros analistas temos estabelecido em revistas científicas internacionais. Os argumentos de Azevedo são igualmente enganosos e mistificadores. Como Seitz e Singer, Azevedo está aposentado há muito tempo e não é, e nunca foi, pesquisador ou "expert" na área de mudanças climáticas e mostra, como eles, uma inclinação forte e ideológica contra o ambientalismo. Claro que tem o direito de se expressar. É preciso haver espaço para todos os pontos de vista. Porém, para assegurar processos democráticos e desenvolver políticas públicas cautelosas diante das ameaças ambientais, é essencial que a sociedade em geral fortaleça sua capacidade de identificar fontes científicas robustas, fundadas não em ignorância ou em interesses financeiros escondidos e de curto prazo, mas em processos rigorosos e transparentes de controle e avaliação independente, como é o caso do IPCC. Tais fontes também podem errar, mas são -de longe- a melhor aposta.

MYANNA HVID LAHSEN, antropóloga, doutora pela Rice University (EUA), é pesquisadora do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e do Centro para Pesquisa de Políticas de Ciência e Tecnologia da Universidade do Colorado (EUA).

Carbono de florestas esbarra em caos fundiário – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo
– Ciência – 03/04/2009

Metade da área total de florestas ameaçadas da Amazônia Legal reúne condições para viabilizar economicamente mecanismos de compensação ambiental. Mas essa metade tem apenas 25% de suas áreas em situação fundiária que pode ser considerada regular.

Os números constam do livro "Pagamento por Serviços Ambientais: Perspectivas para a Amazônia Legal", lançado pelo Ministério do Meio Ambiente e apresentado ontem durante o evento ambiental Katoomba Meeting, em Cuiabá.

Segundo o estudo, 53% das áreas em risco de desmatamento -e, portanto, prioritárias para o chamado PSA (Pagamento por Serviços Ambientais)- estão em terras com "pouca ou nenhuma informação a respeito da situação fundiária", o que impõe uma barreira à iniciativa que prevê compensar financeiramente os proprietários de áreas preservadas.

O trabalho foi coordenado pelo pesquisador Sven Wunder, do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (Cifor), com sede na Indonésia. À Folha, ele disse que, apesar dos esforços governamentais, a situação fundiária amazônica ainda é "bastante caótica".

"Os limites não estão muito claros. Há municípios amazônicos que têm donos para 200% das terras, por exemplo, por conta de títulos sobrepostos. E o fato é que você só pode fazer o pagamento por serviço ambiental em áreas onde você sabe quem é dono", disse.

Identificar os donos legítimos das terras da região, disse o pesquisador, é apenas o primeiro passo. "Além de ser dono, é preciso saber se é um dono ausente. Neste caso, pagar a ele não seria bom negócio para quem quer comprar carbono."

Ontem pela manhã, a principal discussão do evento tratou do Fundo Amazônia. O Estado do Pará endossou a posição do Amazonas sobre a necessidade de descentralizar o acesso aos mercados de carbono.

Já Mauro Pires, do Ministério do Meio Ambiente, defendeu a necessidade de um posicionamento único, nacional. E adiantou que já está na Casa Civil um projeto do executivo que regulamenta o PSA no país -prevendo, inclusive, que o governo pague por esses serviços.

**Ministério debate projeto de lei sobre pagamentos por serviços ambientais – Sítio
Eletrônico do MMA – 03/04/2009**

Começa nesta segunda-feira (6), no auditório do Ed. Marie Prendi Cruz, em Brasília, o Seminário Nacional sobre Pagamentos por Serviços Ambientais. Durante três dias técnicos do Ministério vão debater o tema, a partir das principais experiências de sistemas de pagamento já implementadas no País, com representantes de instituições acadêmicas e científicas e de organizações não governamentais.

O encontro, que será aberto pela secretária-executiva do MMA, Izabella Teixeira, pretende consolidar proposta para aperfeiçoar Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados, que irá criar a Política Nacional de Serviços Ambientais e o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Entre os temas que serão colocados em debate por representantes das universidades federais do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Viçosa, da Fundação Getúlio Vargas, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, da Conservação Internacional e da The Nature Conservancy, entre outras instituições, estarão a identificação dos serviços ambientais mais mensuráveis, os entraves para a implementação dos mecanismos de pagamento, as formas mais eficientes de monitoramento e os riscos do PSA se transformar em instrumento de assistência social.

O seminário está dividido entre palestras e debates em grupos de trabalho e se estenderá até o dia 8, quando serão apresentados os resultados. Mecanismos de Pagamentos por serviços ambientais estão sendo considerados cada vez mais como soluções inovadoras para a conservação da diversidade biológica. Nesse sentido o Brasil está se tornando um país chave no cenário internacional podendo se tornar também um país modelo tendo como base uma política estruturada de PSA e uma relação forte com os diversos setores da sociedade civil envolvidos nesse processo.

Para ampliar a discussão dos conceitos e aplicabilidade do sistema de PSA no Brasil, a Secretaria de Biodiversidade e Floresta do MMA, dirigida por Maria Cecília Wey de Brito, está promovendo o seminário nacional visando, por meio de palestras e trabalhos em grupos, a capacitação de seus gestores para a implementação desse sistema nos diferentes biomas brasileiros com destaque para a Mata Atlântica.

Pagamento por serviços ambientais é fundamental para o MMA – Sítio Eletrônico do MMA – 06/04/2009

Mais de 120 técnicos, ambientalistas, estudiosos e gestores públicos participaram nesta segunda-feira (6) da abertura do Seminário Nacional sobre Pagamento por Serviços Ambientais, que acontece até quarta-feira (8) no auditório do Edifício Marie Prendi, em Brasília. Ao saudar os participantes em nome do ministro Carlos Minc, a secretária-executiva Izabella Teixeira destacou a importância da discussão do tema no momento em que o Ministério do Meio Ambiente busca novos arranjos financeiros capazes de dar sustentabilidade a uma política ambiental planejada e de longo prazo, o que não é possível apenas com a execução orçamentária que deve ser zerada anualmente.

"A discussão do pagamento por serviços ambientais é parte de uma nova engenharia financeira que o ministério está buscando para podermos garantir um maior fluxo de recursos, com menos custos operacionais e mais dinheiro lá na ponta dos projetos. Um sistema que permita avançar com uma governança ambiental pública mais contemporânea e mais integrada com as demandas da sociedade", disse Izabella Teixeira.

Responsável pela iniciativa do seminário, a secretária de Biodiversidade e Floresta Maria Cecília Wey de Brito explicou que ele pretende identificar o estado da arte da discussão que, embora já esteja em pauta há mais de uma década, ainda não está suficientemente madura para aplicação no País.

"A sociedade deve reconhecer esses serviços e saber que quando se derruba uma área de floresta não é só uma paisagem que está se perdendo, mas também qualidade de solo e de água, terras que sumirão em erosões, polinizadores para as lavouras, isso sem falar na perda de capacidade de absorção de gases de efeito estufa", destacou Maria Cecília.

Os participantes do seminário Pagamento por Serviços Ambientais devem formular, ao final do encontro, na quarta-feira, sugestões para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados de criação da Política Nacional de Serviços Ambientais e o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Um dos temas que promete levantar muita discussão é quem é ou não merecedor de pagamento: o proprietário de terras que degradou suas áreas de cobertura florestal, inclusive APPs e reservas legais, ou o que manteve a floresta intacta, mesmo às custas de prejuízos financeiros. Ambos, defendeu o palestrante Carlos Eduardo Frickmann Young, cientista econômico, doutor em políticas públicas e professor da UFRJ.

Mesmo criando-se uma situação que ele definiu como "dilema do filho pródigo" e correndo o risco de incentivar a ilegalidade ambiental, ele considera que será inevitável utilizar mecanismos de PSA para remunerar proprietários dispostos a recuperar áreas que eles próprios destruíram porque efetivamente a sociedade precisará dos serviços que serão prestados com a recomposição florestal.

Eduardo Humberto Ditt, diretor-executivo do Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ, que apresentou as experiências com pagamento por serviços ambientais que a entidade realiza, concorda. "São Paulo, por exemplo, só tem 8% de cobertura florestal original. Se restringirmos o pagamento por serviço ambiental para quem está legal não faremos nada no estado".

É justamente em São Paulo que estão dois projetos-piloto de recuperação florestal realizados pelo Ipê e a Arvorar Soluções Florestais, braço empresarial da ONG. O primeiro é um assentamento para reforma agrária no Pontal do Paranapanema, onde a Ipê ofereceu assistência técnica e insumos para o replantio da vegetação nativa combinada com culturas como o café sombreado. Já a Arvorar prospecta, por um lado, áreas de grande potencial de prestação de serviços ambientais e, por outro, empresas interessadas em investir o crédito de carbono.

A partir de experiências como essas e outras formas de compensação que já são praticadas - como o ICMS Ecológico e o Bolsa Floresta, entre outros - os participantes do seminário devem responder, até quarta-feira, basicamente, as quatro questões propostas pela Secretaria de Biodiversidade e Floresta e sintetizadas pelo diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade, Braulio Ferreira de Souza Dias: o que são serviços ambientais e a que título os provedores têm direito a pagamento; como monitorar a prestação desses serviços; como fazer os pagamentos; e por onde, neste imenso Brasil, começar.

Stephanes defende controle para a pecuária de corte na Amazônia. – Site Eletrônico da Abag – 14/04/2009

Brasília, 14/04/2009 - Ao admitir que a ocupação de terras pela pecuária de corte "é um problema", o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que até o final de 2009 sua pasta vai apresentar as linhas gerais de um programa que tem o objetivo de conter o avanço da atividade em áreas de floresta, especialmente no Bioma Amazônico. "Desmatar cinco mil hectares para colocar cinco mil bois e criar dois empregos não faz sentido", afirmou.

Sem dar muitos detalhes sobre o programa, Stephanes disse que o Ministério da Agricultura tem mecanismos para fazer esse controle e sinalizou que a iniciativa conta com o apoio dos frigoríficos. Fontes do governo que participam da discussão sobre a proposta disseram que a ideia é fechar um acordo para que os frigoríficos recuse animais criados em áreas desmatadas ilegalmente. A iniciativa é semelhante ao compromisso firmado pela indústria da soja, que não compra grãos cultivados em áreas de desmatamento.

Stephanes lembrou que há outras formas de controle da movimentação de animais, como a Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica e um sistema da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para monitoramento via satélite. Ele fez as declarações ao participar, há pouco, em Brasília, da abertura de seminário em comemoração ao Dia Nacional de Conservação do Solo, comemorado amanhã (15).

O ministro voltou a defender o fim da derrubada de árvores no Bioma Amazônico. "Se continuar, é incompetência geral da sociedade e da Nação", alertou. Stephanes defendeu a recuperação de áreas degradadas, que, segundo o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Márcio Portocarrero, somam 60 milhões de hectares em todo o País.

O ministro também falou sobre a legislação ambiental e reafirmou que o Ministério da Agricultura não participou, nos últimos 30 anos, das discussões sobre o tema. "Não há participação maior do ministério e o impacto (das regras) é muito difícil para o homem do campo", disse. Para ele, não há motivos para proibir a atividade agrícola em áreas já consolidadas, especialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Ele disse que o governo deve pensar em mecanismos que estimulem o cumprimento da lei ambiental. "Um pequeno agricultor de 10 ou 20 hectares que está na beira de um rio ou de um riacho tem renda de, no máximo, mil reais por mês. Ele está no limite da sobrevivência. Se ele tirar duzentos reais (referente a 20% da reserva legal) e dos oitocentos reais tirar mais duzentos reais para recuperar área, a atividade fica inviável", contou. "Se isso acontecesse na cidade, daria uma greve", completou. O Código Florestal de 1965 estabeleceu em 20% a reserva legal nas regiões Sul e Sudeste.

Stephanes disse ainda que quem mais degrada o solo é a população urbana, não os produtores rurais. Para ele, os produtores rurais do Centro-Sul são os que mais têm consciência da necessidade de preservação ambiental. Em todas as regiões, lembrou, os produtores são obrigados a recolher as embalagens de agrotóxicos. Para ele, os produtores rurais são apontados como vilões da questão ambiental, o que não é verdade. "Muitos ambientalistas deveriam olhar para ver o que se faz na agricultura", disse.

Ele lembrou que, ao contrário da pecuária de corte, os produtores de soja e milho são

conscientes da necessidade de preservação ambiental. "A pecuária é um problema que precisa ser analisado de forma diferente, principalmente quando a ocupação da terra é baixa", disse. A atividade agrícola, calculou, ocupa de 6% a 7% do território nacional.

Fonte: Agência Estado - Fabíola Salvador.

Usinas movidas a óleo e carvão terão que fazer reflorestamento – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 14/04/2009

Ibama calculará compensação de dano para conceder ou renovar licença

BRASÍLIA. O Ibama vai passar a exigir que usinas termelétricas movidas a óleo e a carvão plantem árvores para diminuir o impacto ambiental causado pela emissão de CO₂, principal gás causador do efeito estufa. A exigência está prevista em instrução normativa do órgão e será publicada amanhã no Diário Oficial da União. Para que a usina receba licença para operar, ou possa renová-la, precisará cumprir essa demanda ambiental.

O cálculo da compensação ambiental terá como base a quantidade de toneladas de carbono emitidas ao longo da vida útil da usina. Pelo menos um terço das emissões terá de ser quitado em forma de árvores plantadas. O resto poderá ser pago em investimentos em tecnologia limpa e na otimização da eficiência energética. Uma usina de 100 MW, que funciona em média três meses por ano há 25 anos, precisará plantar 3 mil hectares, ou cerca de 600 mil árvores, para compensar a emissão de 200 toneladas de CO₂ liberadas nesse período.

A medida visa a conter a propagação de usinas “sujas”.

— Está havendo um avanço do carvão e do óleo nas últimas licitações — disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Segundo o ministério, as termelétricas emitem 14 milhões de toneladas de CO₂. Até 2017, estima-se que 82 novas usinas estejam operando, elevando o volume para 39 milhões de toneladas.

PA quer estender o tempo para reflorestamento – Folha de São Paulo – Brasil – 15/04/2009

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

Sob a justificativa de tentar fortalecer a regularização fundiária no Pará, o governo do Estado quer alterar uma lei estadual e aumentar de 9 para 30 anos o prazo para que fazendeiros paraenses recuperem as áreas desmatadas ilegalmente de suas propriedades. Ontem, o secretário do Meio Ambiente, Valmir Ortega, entregou o projeto com as mudanças ao presidente da Assembleia Legislativa, Domingos Juvenil (PMDB). Como a governadora Ana Júlia Carepa (PT) tem maioria na Casa, a medida deve ser aprovada.

A atual legislação paraense é de 2002 e é mais rígida do que o Código Florestal Brasileiro, que já estabelece o prazo de 30 anos. Nesse período, o proprietário deve reflorestar a área desmatada em sua fazenda até chegar a 80% de floresta -percentual previsto em lei e chamado de reserva legal.

Estrada no AM dá prejuízo, diz novo estudo – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 15/04/2009

Análise de custo/benefício do asfaltamento da BR-319 mostra que saldo negativo mínimo é R\$ 315 milhões em 25 anos

Se custo do carbono emitido for computado, obra do PAC fica deficitária em R\$ 2,2 bi; desmatamento equivale a 1 Estado do Rio em 30 anos. De qualquer ângulo que se contemple, a recuperação da rodovia BR-319 -a Manaus-Porto Velho, uma obra do PAC- é mau negócio. A conclusão está em um novo estudo de custo/benefício, o segundo a condenar a estrada, que prevê prejuízo mínimo de R\$ 315 milhões nos próximos 25 anos. Na pior hipótese, o saldo negativo chegaria a R\$ 2,2 bilhões.

A análise independente da obra de interesse do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR-AM), leva a assinatura da organização não-governamental Conservação Estratégica. Trata-se do braço brasileiro da americana Conservation Strategy Fund (CSF), especializada em estudos de racionalidade econômica de projetos que afetem o ambiente. A BR-319 corta uma área de floresta amazônica muito preservada e tida como de alto valor em biodiversidade. Por causa da alta pluviosidade, tem baixo potencial para agropecuária. A pavimentação de rodovias na Amazônia, contudo, atrai migrantes e assentamentos rurais -e também grilagem de terras, extração predatória da madeira, pecuária e desmatamento. A avaliação anterior, que apontava prejuízo ainda maior (R\$ 10,5 bilhões em 20 anos), consta do estudo de impacto ambiental que será objeto neste mês de audiências públicas. O primeiro estudo foi feito pela Ufam (Universidade Federal do Amazonas) e conclui que a intervenção do Estado poderia reduzir em 95% o desmatamento induzido pela estrada. O projeto orçado em R\$ 557 milhões consiste na repavimentação de um trecho de 405 km no Estado do Amazonas e na construção de quatro pontes. Aberta pelo Exército em 1973, a rodovia só é transitável hoje perto de Manaus e Porto Velho. A parte central encontra-se abandonada desde 1986.

"A BR-319 é a única ligação rodoviária entre os Estados do Amazonas e de Roraima rumo ao Centro-Sul do país", justifica o Ministério dos Transportes, por sua assessoria de imprensa. "Essa rodovia é parte de importante corredor de transporte sul-americano, que conecta o Brasil aos portos do Pacífico." O relatório ainda inédito da CSF, intitulado "Eficiência Econômica, Riscos e Custos Ambientais da Reconstrução da Rodovia BR-319", afirma que não existe estudo oficial demonstrando que os benefícios da obra compensarão seus custos, como seria obrigatório

em projetos de grande porte. A análise prévia de viabilidade econômica, nesses casos, deve ser submetida à Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA). Obras do PAC, porém, estão fora da alçada da CMA. O Ministério dos Transportes alega que a exigência de estudo de viabilidade se aplica só a novas rodovias e que a BR-319 não se enquadra nela por ter sido construída na década de 1970. No primeiro cenário montado pela CSF entrou só a análise econômica convencional de projetos de infraestrutura. Nessa ponderação, coteja-se o investimento no projeto com os benefícios esperados, como a economia de tempo por produtores e passageiros e de dinheiro com fretes e passagens. O estudo segue metodologia sugerida pelo Banco Mundial.

Estima-se, por exemplo, que quase 50 mil pessoas optariam por fazer de ônibus viagens entre Porto Velho ou Rio Branco e Manaus, e não de avião. A diferença poupada nas tarifas vai computada como benefício. Cálculo similar é realizado para cargas. De acordo com a CSF, o transporte fluvial permaneceria 66% mais barato que o uso de caminhões na BR-319 pavimentada, ainda que neste caso o tempo de trajeto ficasse reduzido em 44%.

Trinta e três centavos
Feitas as contas, o saldo do empreendimento seria negativo em R\$ 315 milhões. Só 33 centavos de benefícios decorreriam de cada real investido. O segundo cenário, que inclui custos ambientais, é ainda mais desfavorável à obra. O relatório serviu-se de projeções anteriores do grupo de Britaldo Soares-Filho na Universidade Federal de Minas Gerais, para estimar o desmatamento induzido pela BR-319 recuperada: 4 milhões de hectares até o ano 2030 (ou 40 mil km², quase o território do Rio de Janeiro), ou 210 mil hectares/ano. Cada hectare de floresta estoca cerca de 150 toneladas de carbono, que em caso de desmatamento termina na atmosfera e contribui para agravar o efeito estufa. O passo seguinte foi calcular o valor desse estoque, em créditos de carbono, para computá-lo como prejuízo -uma vez que sua destruição impediria a comercialização de títulos correspondentes no mercado internacional. Saldo: até R\$ 2,2 bilhões de perda.

Transportes diz que obra será "parque" – Folha de São Paulo – Ciência – 15/04/2009

O Ministério dos Transportes afirma que não contrariou diretriz do Planejamento ao não providenciar estudo de viabilidade econômica para a reconstrução da BR-319, pois essa exigência valeria só para novas rodovias, não para a recuperação de uma que já existe. A Pasta afirma que a BR-319 terá foco na proteção ambiental: "Ao longo da estrada-parque serão demarcadas unidades de conservação em mais de 9 milhões de hectares de floresta amazônica, com investimentos de R\$ 39 milhões". (ML)

Rastreamento mira soja e vê pasto ilegal na Amazônia – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Ciência – 15/04/2009

Ao rastrear áreas desmatadas na Amazônia nos últimos dois anos e nove meses, o monitoramento da moratória da soja apontou a pecuária como o principal forma de uso do solo após a derrubada. Das 620 áreas de desmatamento recente pesquisadas, 12 (menos de 1% do total) contêm plantações de soja, enquanto 203 (32%) são ocupadas por pastagens. A soma das áreas monitoradas equivale a pouco mais da cidade de São Paulo e, na maioria delas, o monitoramento identificou áreas ainda não usadas na produção agropecuária e algumas raras plantações de arroz. Foram rastreadas áreas desmatadas desde julho de 2006 com mais de 100 hectares em Mato Grosso, Pará e Rondônia. O pacote de medidas de combate ao desmatamento já previa punições para os frigoríficos que comprassem gado de áreas desmatadas ilegalmente, mas o monitoramento divulgado ontem indica que essas medidas não tiveram efeito. "A pecuária está atrasada em relação à soja, cuja moratória é um sucesso", comentou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) ao divulgar os dados, ontem. O ministro disse defender restrições ambientais no novo pacote de ajuda financeira que o governo estuda dar aos frigoríficos. Minc também diz buscar com eles um acordo semelhante ao promovido pela indústria da soja três anos atrás. As duas entidades que representam 90% da indústria se comprometeram a não comprar soja de áreas desmatadas no bioma amazônia depois de 24 de julho de 2006. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne informou que não há nada definido em relação aderir a uma moratória da carne. O presidente da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), Carlo Lovatelli, disse que não está definida ainda uma prorrogação da moratória da soja: "Vamos esperar até julho". Ele não soube informar como foi comercializada a soja detectada numa extensão de 1,4 mil hectares. "Não conseguimos cercar tudo, mas não fomos nós que compramos."

Câmara aprova MP que acaba com licença ambiental prévia para rodovias – Cristiane Jungblut – O Globo - O País – 15/04/2009

Objetivo é tentar acelerar obras do PAC; ministro do Meio Ambiente protesta

BRASÍLIA. No dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reclamou da burocracia na execução de obras, a Câmara aprovou ontem à noite um afrouxamento das regras de licenciamento ambiental para intervenções de reparo, melhoria e duplicação em rodovias federais, inclusive as que cortam a Amazônia.

A mudança foi incluída — com aval da Casa Civil e resistências do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc — na medida provisória 452, que originalmente tratava

apenas do Fundo Soberano e de ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

O objetivo é fazer andar o Programa de Aceleração do Crescimento.

Até o fim de 2010, o PAC prevê a modernização, a pavimentação e a duplicação de quase duas dezenas de estradas, ao custo de mais de R\$ 8 bilhões (em investimentos públicos e privados). Entre as rodovias beneficiadas estão a BR-101, no Nordeste e no Sul, a BR-163, que liga Pará a Mato Grosso, e a BR319, de Manaus a Porto Velho.

A emenda do relator, José Guimarães (PT-CE), acabou com a necessidade de licenças prévias, desde que essas obras sejam feitas nas faixas de domínio fixadas no Plano Nacional de Viação. A faixa de domínio é a área destinada à construção da estrada, que sempre tem uma margem de segurança.

Quando há obras de duplicação, por exemplo, utilizase parte dessa margem. Hoje, mesmo para uma obra de recuperação, é preciso licença prévia de órgãos ambientais.

Licença de instalação tem de sair em 60 dias Apesar das críticas da oposição e do PV, a Câmara aprovou a MP, e os governistas derrubaram dois destaques sobre o licenciamento.

Ficou para hoje a votação de um último destaque sem relação com esses itens.

Após concluída a votação, a MP 452 vai para o Senado.

Além de suspender a licença prévia, o relator também fixou em 60 dias o prazo máximo para que o Ministério do Meio Ambiente conceda a licença de instalação, que permite o início efetivo das obras.

Diante da pressão de ambientalistas, a única concessão do relator foi incluir no texto que, se em 60 dias a licença não sair, as obras podem ser iniciadas, mas com condicionantes.

Para Guimarães, a MP vai agilizar as obras do PAC, especialmente as tocadas pelo Dnit, muitas em parceria com o Exército.

— Vamos agilizar as obras do PAC. Esse é um desejo do presidente Lula. Li meu relatório na quarta-feira passada, e não dá para baixar aqui hoje (ontem) e querer mudanças — disse Guimarães, ao saber das queixas do ministro Carlos Minc, que foi à Câmara para tentar alterar o texto, mas não obteve sucesso.

A oposição criticou. Para o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) rasgaram a lei ambiental.

— É um desatino! Para abrir posto de gasolina, precisa de licenciamento.

Para a duplicação de rodovia, não precisa — disse Fernando Coruja (PPS-SC).

Minc tenta mudar MP até o último momento – Eliane Oliveira – O Glob – O País – 15/04/2009

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, tentou ontem, até o último momento, mudar a Medida Provisória 452, antes que fosse apreciada na Câmara. Em reunião com líderes do governo na Casa, Minc informou ter sido alertado de manhã pelo ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, se a

MP fosse aprovada pelo Congresso, seria derrubada na Justiça, por ser inconstitucional. O ministro deixou o Congresso com a promessa de que o texto será modificado no Senado.

— Quero evitar que o governo pague um mico federal. Não se pode dispensar do licenciamento prévio obras com impacto ambiental. Imagine fazer isso com a BR-319 (Porto Velho-Manaus).

— Estamos fazendo milhares de exigências para evitar que ali se crie uma espinha de peixe — disse Minc, referindo-se à abertura de estradas vicinais a partir da rodovia principal, o que contribui para a devastação.

Ele lembrou ainda que, em reunião de semana passada com o presidente Lula e ministros sobre estradas e ferrovias, ficou constatado que em 95% dos casos não há atraso por questões ambientais.

De manhã, Minc disse que a soja não é mais a vilã da Floresta Amazônica. Ele apresentou o monitoramento por satélite das plantações do grão em Mato Grosso, Pará e Rondônia. Só 0,88% do total de 157.896 hectares foram desmatados para plantação de soja. Ao todo, 1.385 hectares foram desflorestados para este fim em 12 municípios, dez em Mato Grosso.

A nova "Operação Amazônia" – Gerson Teixeira – Valor Econômico – Opinião –
15/04/2009

Há grande coincidência entre a ação do governo de agora para ocupar a Amazônia e a concepção dos governos militares para a região

Tramita no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009, que define a regularização de ocupações de áreas urbanas e rurais da União localizadas basicamente na Amazônia. A iniciativa do governo vem gerando fortes reações de organizações dos trabalhadores rurais e de outros setores da sociedade civil. Não é para menos. Afinal, a MP elege meios duvidosos para a regulação de tema de relevância inquestionável.

Dar um basta na desordem que marca o quadro fundiário na Amazônia é um imperativo político, moral e civilizatório, ademais de condição essencial para o desenvolvimento regional. No entanto, entre várias distorções graves e virtudes periféricas, a MP transforma em legítimo proprietário quem grilou terra pública até 1.500 hectares, muitas vezes, como é sabido, com o concurso de práticas condenáveis em todos os códigos. Ao ratificar a estrutura fundiária posta na Amazônia, mediante atos autodeclaratórios e frouxidão de controles, inclusive dando preferência em processos licitatórios para os ocupantes das áreas acima de 1.500 hectares, a MP chancela uma das sequelas mais lamentáveis do desastroso modelo histórico de desenvolvimento regional.

Na realidade, essas medidas, combinadas com ações em curso na política ambiental e nos investimentos em infraestrutura, procuram desatar o nó górdio operacional da nova formulação estratégica para a Amazônia sob a coordenação da SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República). Este projeto mantém estreita equivalência com o projeto que, a rigor, lhe deu causa histórica. Refiro-me à "Operação Amazônia", deflagrada pelos governos militares na década de 1960. Esta iniciativa deu efetividade à concepção estratégica dos governos da ditadura com vistas à integração da Amazônia ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

O desenho da "Operação Amazônia" esteve centrado na hipótese da ocupação econômica, a qualquer custo, como premissa para a afirmação da soberania nacional sobre aquele território do país. Para o êxito do projeto, os militares entenderam essencial a ruptura do forte controle político então exercido pelas oligarquias regionais sobre as instituições federais de desenvolvimento na região. Para tanto, foi extinta a SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e criada a Sudam. Pelos mesmos motivos também foi extinto o BCA (Banco de Crédito da Amazônia), que deu lugar ao BASA. A política de incentivos fiscais para a região foi remodelada e vigorada, e implementados programas de investimento em infraestrutura, entre outras ações.

O resultante processo de "terra arrasada" levado a cabo pelo capital nacional e estrangeiro, com fartos recursos públicos, contabiliza passivos ambientais, sociais e econômicos incalculáveis e irreversíveis para o país, ainda não estancados ou sequer mitigados. O assalto às terras públicas, à época estimulado pelo poder público, deu origem ao fenômeno da grilagem, sob o qual foi assentada a base produtiva da "Operação Amazônia". Naquele momento, o "custo do pioneirismo, do desenvolvimento e da soberania" serviu de alibi para a destruição ambiental, a exclusão social e a grilagem, entre tantas outras anomalias. Entretanto, nas circunstâncias históricas atuais, com o fortalecimento e a presença ativa da sociedade civil, não cabem mais tais discursos e permissividades.

É sobre esta tensão entre a ambição produtiva para aquela região e os freios impostos pela cidadania, inexistentes durante a ditadura, que se estabelece o ambiente da "Nova Operação Amazônia" intentada pelo governo. Assim, tendo em vista a coincidência de modelo, observa-se o esforço para a remoção, pela via democrática, dos fatores tidos como empecilhos para a efetividade desta nova edição da "Operação Amazônia".

Nestes termos, "democraticamente", a MP busca solucionar o entrave fundiário garantindo a segurança jurídica às apropriações das terras públicas. O instrumento para a flexibilização da política ambiental vem sendo gestado na área agrícola do governo, em fina sintonia com as entidades do agronegócio. No que concerne aos investimentos (estrada e

energia, em especial), as ações seguem no âmbito do PAC. Enfim, as diferenças colossais nos ambientes institucionais que distinguem os momentos históricos das duas "operações", se apequenam, ou mesmo coincidem, na base da formulação de ambos os projetos.

Na nova "Operação Amazônia", o pensamento geopolítico é o mesmo: ocupar para garantir a soberania. O modelo é o mesmo: visa-se, neste momento, como na década de 1960, incentivar o grande capital na região orientado para commodities, ainda que hoje incluindo a agricultura familiar e camponesa nas franjas do processo. Hoje, mais do que antes, tem-se como prioridade absoluta o mercado externo - o asiático em especial, via a saída pelo Pacífico, o que vem sendo providenciado pelos investimentos articulados entre PAC e IIRSA (Peru).

A base fundiária é a remanescente da "Operação" dos anos 60, em processo de ratificação pela MP. A política de incentivos fiscais é a mesma, e coincidentemente foi recriada a Sudam.

Por fim, os trabalhadores questionam o lugar da reforma agrária neste processo. O ministro do MDA respondeu: segundo plano. É uma pena!

Gerson Teixeira é ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Negociação climática – Valor Econômico – Internacional – 15/04/2009

A Índia disse ontem que países em desenvolvimento querem saber quanto poderão receber em ajuda antes de se comprometerem com redução de emissões de gases estufa. A declaração foi feita por Shyam Saran, enviado especial da Índia à reunião da ONU sobre clima em Bonn, Alemanha. Os países ricos insistem que não discutirão ajuda antes de obterem garantias de que emissões futuras serão realmente menores que as previstas.

Presidente quer legislação sobre clima este ano – Valor Econômico – Internacional – 15/04/2009

O presidente dos EUA, Barack Obama, espera que uma legislação sobre mudanças climáticas fique pronta ainda este ano. Segundo a presidente do Conselho de Qualidade Ambiental da Casa Branca, Nancy Sutley, Obama está disposto a negociar regras sobre o nível de CO2 que as indústrias americanas poderão emitir.

Pelo projeto apresentado no mês passado por dois congressistas do Partido Democrata, Edward Markey e Henry Waxman, os EUA teriam de reduzir em 20% até 2020 as emissões de gases associados ao aquecimento global. Usinas de energia e indústrias que emitissem menos CO₂ que o estipulado poderiam comercializar seus créditos de carbono.

A Casa Branca "ainda avalia" o projeto e espera que outras propostas sejam apresentadas nos próximos meses, disse Sutley. "O presidente pediu que um projeto de lei seja enviado a ele ainda este ano", acrescentou.

Sutley afirmou que o governo está aberto a negociações sobre as permissões que serão concedidas às empresas para emitirem CO₂ e quanto dessas autorizações elas poderão comercializar. "Eu acho que essa ainda é uma área para discussão."

O sistema de crédito de carbono nos EUA deve entrar em vigor em 2012, mas a assessora do presidente disse que ainda é cedo para dizer quando o modelo americano poderá ser integrado ao modelo já em funcionamento da União Europeia.

Autoridades europeias acreditam que a criação de um sistema americano daria um novo impulso ao mercado internacional de créditos de carbono.

Parque "de papel" barra desmate, mostra estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 16/04/2009

Política pode mitigar impacto da BR-319, diz cientista

A teoria de que unidades de conservação na Amazônia oferecem apenas uma proteção "ilusória" não é de todo válida, afirma um novo estudo. O trabalho, liderado pelo ecólogo Stuart Pimm, da Universidade Duke, da Carolina do Norte (EUA), mapeou focos de queimadas ao longo de dez anos, registrados pelo satélites europeus Envisat e ERS-2, e chegou à conclusão de que as áreas protegidas são ferramentas de preservação importantes, mesmo não sendo suficientes.

Comparando a ocorrência de focos de fogo dentro e fora de reservas, os cientistas mostraram que a criação dessas áreas tem impacto positivo na conservação de florestas mesmo quando as unidades de conservação ficam só "no papel", com estrutura de vigilância ruim.

Um estudo de 2006, liderado pelo ecólogo Daniel Nepstad, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) já apontava para a eficiência dos parques e principalmente das terras indígenas para a proteção da floresta.

"O que nós queríamos analisar era se, quando uma estrada é aberta cortando uma reserva, ainda assim os focos de incêndio continuam reduzidos", disse à Folha Marion Adeney, ecóloga coautora do estudo. "Queríamos saber se as reservas ficam protegidas de fogo e desmatamento só porque elas não têm estradas."

Uma análise detalhada dos dados do mostrou que isso não é verdade. Mesmo levando em conta a presença de estradas e o grau de isolamento das unidades de conservação, a força da lei por si só já parece ter um efeito. Os resultados obtidos pelo grupo estão em estudo publicado na revista "PLoS One".

"O fato de haver algum status legal [de conservação] pode desencorajar as pessoas a praticarem atividades ilegais dentro da reserva, em comparação com uma área que não tem proteção nenhuma", diz Adeney. Segundo a pesquisadora, decretos que criam reservas podem desestimular grileiros, por exemplo, mas a implementação da reserva é crucial.

A cientista afirma que uma política de conservação bem planejada e aparelhada será crucial, por exemplo, no projeto de pavimentação da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. "É um passo muito importante criar unidades de conservação nessa área, mas concordo com pessoas que dizem que essas reservas precisam de uma capacidade de vigilância e outras medidas", diz. **(RG)**

ONGs criticam mudança na lei ambiental – O Globo – Capa – 16/04/2009

A redução de exigências ambientais para o licenciamento de rodovias provocou protestos de ONGs e da ex-ministra Marina Silva: "Estão fazendo política de terra arrasada com a legislação ambiental."

Marina e ONGs criticam nova lei ambiental – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 16/04/2009

Senadora do PT ataca bancada governista: Essa emenda vai prejudicar drasticamente a Amazônia

Bernardo Mello Franco e Catarina Alencastro

Ex-ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) protestou ontem contra a emenda aprovada na Câmara que reduz as exigências ambientais para obras em rodovias.

Irritada com a medida, proposta pelo petista José Guimarães (CE), ela acusou a bancada governista no Congresso de participar de uma operação de desmonte da legislação ambiental.

Para Marina, a mudança tem o objetivo de driblar os entraves legais ao asfaltamento da BR-319 (Manaus-Porto Velho), obra prevista no PAC e considerada por ambientalistas grave ameaça à preservação da Amazônia.

— Essa emenda vai prejudicar drasticamente a Amazônia.

Estão fazendo política de terra arrasada com a legislação ambiental.

Imagina o que vai acontecer quando forem discutir as mudanças no Código Florestal — alertou Marina.

O fim da licença prévia para obras nas estradas foi incluído sem alarde na Medida Provisória 452, que cria o Fundo Soberano.

O texto foi aprovado anteontem na Câmara e ainda será votado no Senado. Para Marina, a votação mostra que o governo está fazendo vista grossa à flexibilização das leis ambientais: — É um desmonte da legislação ambiental brasileira.

A ex-ministra acusou os deputados de aprovar a emenda para liberar a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus.

— A emenda tem endereço certo, a BR-319. Foi apresentada para atender à pressão pela abertura da estrada, que não pode ser licenciada a qualquer preço, a toque de caixa.

A redução das exigências para o licenciamento de rodovias também foi duramente atacada por 28 ONGs ambientalistas, entre elas WWF Brasil, Greenpeace e Instituto Socioambiental. Elas enviaram uma nota aos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes) e Carlos Minc (Meio Ambiente) alertando que é notório o impacto maior sobre o desmatamento da Amazônia após a pavimentação de rodovias.

— O deputado José Guimarães (relator da MP) teve um assessor flagrado com dólares escondidos na cueca. Agora, usa o mesmo artifício para enfiar, numa MP de caráter econômico, um corpo estranho que acaba com a exigência de licenciamento ambiental prévio nas obras de infra-estrutura — criticou Paulo Adário, do Greenpeace.

Guimarães repudiou: — Essa colocação é inaceitável, não ajuda no debate. O que me fez apresentar a emenda foi a necessidade de o país se desenvolver e adotar um processo simplificado de licenciamento.

Segui uma orientação de governo.

Depois de defender em vão a derrubada da emenda, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, voltou a criticar ontem o fim da licença prévia: — Nós queremos sim simplificar o licenciamento das estradas. Mas isso que foi aprovado afronta a Constituição.

Eduardo Paes promete vetar o Bolsa-Floresta - Luiz Ernesto Magalhães, Paula Autran e Catarina Alencastro – O Globo – Rio – 16/04/2009

Governos municipal, estadual e federal se unem nas críticas ao projeto, já apelidado de Bolsa-Invasão

RIO e BRASÍLIA

O prefeito Eduardo Paes disse ontem que vai vetar o projeto da vereadora Lucinha (PSDB), aprovado pela Câmara Municipal anteontem por 25 votos a 1, que cria o Bolsa-Floresta. Apelidada de “Bolsa- Invasão”, a concessão de auxílio financeiro para que moradores de favelas que vivem em área de risco ou preservação ambiental preservem os ecossistemas, recebeu críticas não só da prefeitura mas também da União e do governo do Estado.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, reagiu duramente contra a proposta. Para ele, se a família mora em encostas, não há outra solução senão a remoção. Para o ministro, o pagamento da bolsa não anulará o risco corrido por quem mora nesses lugares: — Isso é uma distorção do pagamento pela prestação de serviços florestais. E pode incentivar as invasões e a permanência de famílias em área de risco — alertou Minc.

Vereador acredita que a Câmara manterá o veto

Eduardo Paes divulgou nota oficial observando que “a posição (da prefeitura) já foi manifestada pelo líder do governo na Câmara, Adilson Pires (PT).

Por isso, a intenção do prefeito é vetar o projeto”. O prefeito já manifestara sua oposição na terça-feira, horas antes da Câmara votar o projeto. Ontem de manhã, ele voltou a falar com Adilson Pires, único a votar contra o projeto: — Pela repercussão que a aprovação teve, creio que a tendência da Câmara dos Vereadores será manter o veto.

Lucinha não foi encontrada ontem à tarde na Câmara de Vereadores.

Em nota oficial, ela afirma que o projeto visa a atender famílias que, desde a década de 40, viviam em áreas rurais que, a partir de 1988, tornaram-se áreas de proteção ambiental, como a Serra do Mendanha, Serra do Grumari, Serra do Rio da Prata, Prainha, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba.

A lei, no entanto, trata a concessão do benefício, com recursos do Fundo Municipal de Conservação Ambiental, de forma genérica, sem detalhar quem seriam os beneficiados.

— Por melhor que tenha sido a intenção da vereadora, nós não podemos beneficiar quem invadiu áreas de proteção ambiental — disse o secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Vieira Muniz.

Secretária estadual critica amplitude da lei

Para a secretária estadual do Ambiente, Marilena Ramos, este dispositivo proposto no projeto de lei de Lucinha só poderia ser aplicado em relação a famílias que não estejam irregulares em áreas de preservação ambiental: — A lei só teria validade se fosse contemplar quem não mora em faixas marginais de proteção ou em topo de morros, por exemplo.

Para o presidente da Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Faferj), Rossino de Castro Diniz, a lei pode ser benéfica, uma vez que essas pessoas já moram nessas áreas e podem melhor zelar por elas.

Já a presidente da Associação de Moradores do Alto Leblon, Evelyn Rosenzweig, acredita que a aprovação da lei legitimará o vale tudo na cidade.

A derrota política de Eduardo Paes no episódio do BolsaFloresta e o impasse que impede a aprovação do projeto que regulamenta a participação das Organizações Sociais em projetos estratégicos da prefeitura demonstram que o bom relacionamento com o Legislativo ainda não garantiu a maioria na casa. O motivo é que a base do governo (PDT, PMDB, PTB, PT, PSC, PP, PRB e PT do B) não está satisfeita com o prefeito.

As razões de descontentamento são inúmeras. Paes distribuiu boa parte das administrações regionais entre os partidos aliados. Mas continuou a controlar muitos cargos de confiança para permitir a montagem das novas equipes das subprefeituras.

Os subprefeitos, escolhas pessoais de Paes, são politicamente mais fortes. No governo Cesar, os vereadores aliados nomeavam os administradores regionais e os subprefeitos.

Com o orçamento apertado, Paes também teve que rever a estratégia de Cesar. As prioridades para recuperar o asfalto ou a iluminação das ruas, por exemplo, passaram a ser os corredores de tráfego da cidade deixando em segundo plano, os pedidos políticos

Brasil vai usar satélites para vigiar desmatamento de todos os biomas – Bernardo de Mello Franco – O Globo – Ciência – 17/04/2009

Objetivo é estabelecer metas específicas para combater destruição

BRASÍLIA. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) anunciou ontem que passará a monitorar por satélite o ritmo do desmatamento em todos os biomas brasileiros. Atualmente, o serviço só existe para a Amazônia, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A promessa é estender o programa para Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. E a previsão é que o sistema passe a funcionar plenamente no prazo de um ano.

Com base nos dados, o governo pretende acrescentar ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas metas específicas para a redução das derrubadas em cada bioma.

Os primeiros resultados, do Cerrado, serão apresentados em setembro. Este bioma foi escolhido pelo avanço da fronteira agrícola, especialmente em estados como Mato Grosso e Goiás. Em novembro, o Ibama promete apresentar o retrato do desmatamento na Caatinga, onde o principal problema é a devastação de árvores nativas para a fabricação ilegal de carvão. Os outros biomas serão incorporados até abril de 2010, quando está prevista a atualização das metas do Plano.

— Durante muitos anos, o Brasil só monitorou a Amazônia.

Era um samba de uma nota só. Hoje sabemos que outras áreas têm sido agredidas num ritmo ainda mais acelerado, como o Cerrado e a Caatinga — disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. — Não tenho os números atualizados, mas acredito que o desmatamento na Caatinga já seja proporcionalmente o dobro do registrado na Amazônia.

País já perdeu 39% da cobertura do Cerrado O ponto de partida do monitoramento são os mapas de áreas florestais remanescentes nos biomas fora da Amazônia produzidos pelo Projeto de Utilização e Conservação da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) com base em imagens captadas pelo satélite Landsat em 2002.

A ideia é usar o novo sistema para atualizar os dados e passar a emitir alertas mensais.

Em 2002, o país já havia perdido 39% da cobertura florestal do Cerrado, segundo imagens do Landsat.

Na Caatinga, a devastação já havia alcançado 36% e é, atualmente, um dos biomas mais pressionados especialmente pelo uso da lenha e do carvão, que respondem por cerca de 40% da energia consumida na região. O Pantanal é o bioma mais preservado, com 87% de sua cobertura nativa intacta.

Os dados do ano de 2002 mostram ainda que a Mata Atlântica é o bioma com a vegetação nativa mais devastada. Da área total de 1.059.027,85 quilômetros quadrados restavam, há seis anos, apenas 27% com a cobertura vegetal nativa em diferentes graus de conservação.

O segundo bioma mais prejudicado no país é o Pampa, que já perdeu quase a metade da cobertura original da sua área total.

MST protesta contra mudança do código ambiental em SC – Sítio Eletrônico do MST – 17/04/2009

Cerca de 400 trabalhadores rurais do MST liberaram a passagem na praça de pedágio da BR-116, no município de Correa Pinto (região das Lajes), em protesto pela Reforma Agrária e contra as mudanças no código ambiental em Santa Catarina, nesta sexta-feira (17/4). A ato começou às 9h e está previsto para terminar às 16h.

A ação faz parte da Jornada de Lutas do MST, que faz ações em todo o país em memória aos 19 mortos no Massacre de Eldorado de Carajás. "Defendemos a realização da Reforma Agrária e estamos contra a flexibilização da legislação ambiental no estado", afirma

Andréia Borges, integrante da coordenação nacional do MST.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou neste mês um projeto que diminui a área de preservação ao longo de rios e cursos de água no Estado. A proposta recebeu críticas de ambientalistas e do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, que entendem que a nova regulamentação põe em risco matas ciliares e pode contribuir para enchentes e soterramentos.

"A mudança no código é apoiada e sustentada pelo agronegócio, que quer fazer do nosso estado um laboratório para todo o país. Isso causará um desastre ambiental sem precedentes", avalia Andréia.

Os manifestantes protestam também contra a privatização das rodovias no estado. "A população está apoiando o nosso protesto, porque essa é a primeira praça de pedágio em Santa Catarina", comenta.

O pedágio fica na região do assentamento Pátria Livre e terá um impacto negativo para os pequenos agricultores. "Os pedágios são um dos principais entraves para a pequena agricultura. Encarecem a distribuição dos produtos agrícolas, prejudicando camponeses e os consumidores nas cidades", explica.

Minc contesta regra de licença ambiental – Denise Menchen – Folha de São Paulo – dinheiro – 18/04/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que poderá recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para derrubar parte das novas regras para o licenciamento ambiental de rodovias, aprovadas na última terça-feira pela Câmara dos Deputados. Segundo ele, o projeto tem pontos "flagrantemente inconstitucionais".

"No afã de simplificar o processo de licenciamento, eles passaram o rodo na legislação brasileira. Criaram figuras absolutamente inconstitucionais", disse Minc. "Já falei com o ministro Herman Benjamin [do Superior Tribunal de Justiça] e ele me disse que isso cai em uma semana no STF."

O texto aprovado pela Câmara dispensa de licenciamento prévio o recapeamento e a duplicação de rodovias já abertas e fixa um prazo máximo de 60 dias para o Ibama autorizar o início das obras de projetos que já contam com a licença prévia.

Como a medida ainda irá para votação no Senado, Minc disse ter esperanças de conseguir barrá-la sem ter que recorrer à Justiça.

"A Constituição diz que toda obra que tem impacto [ambiental] tem que ter licença. Se tem impacto, alguma autorização tem que ter. E ainda criaram uma figura esdrúxula que prevê o licenciamento por decurso de prazo. Se não der em 60 dias, fica automaticamente licenciado. Isso é um estrupício."

Minc disse, porém, ser favorável à simplificação do licenciamento das rodovias. "Não faz sentido ter que dar licença para tapar buraco", disse ele, que contou ter elaborado uma lista com dez alterações que poderiam ser feitas para agilizar o processo. "Apresentamos [as propostas] há seis meses e o Ministério dos Transportes nunca respondeu."

EUA vão passar a regular as emissões de CO2 – O Globo – O Mundo – 18/04/2009

Num gesto de peso político, governo Obama reconhece que gases do efeito estufa são prejudiciais à saúde

WASHINGTON. Os Estados Unidos vão controlar as emissões de dióxido de carbono e outros cinco gases causadores do efeito estufa. Num gesto político, o governo Obama reconheceu que esses gases são prejudiciais à saúde humana.

A decisão foi anunciada pela Agência de Proteção Ambiental americana (EPA, na sigla em inglês) e marca uma mudança fundamental em relação à gestão de George W. Bush.

Na época, pressionada, a EPA afirmava que não poderia regular as emissões porque o CO2 não era poluente.

Agora, após a revisão de evidências científicas, a EPA cita alguns impactos que acredita serem provocados pelas emissões de CO2, como o aumento do risco de secas e enchentes, o aumento do nível dos mares, a ocorrência de tempestades e ondas de calor mais intensas, e riscos à oferta de água, à agricultura e à vida selvagem.

Pobres serão os mais atingidos, diz EPA Segundo a chefe da EPA, Lisa Jackson, as novas conclusões da agência confirmam que a poluição de gases causadores do efeito estufa é um problema muito grave para as gerações futuras.

— Felizmente, essas conclusões estão em sintonia com a proposta do presidente Barack Obama de criação de uma economia de baixa emissão de CO2 e uma firme liderança no Congresso sobre energias limpas e uma legislação climática — disse Lisa. — E a solução para esse problema vai criar milhões de empregos verdes e pôr fim à dependência de nosso país ao petróleo estrangeiro.

Há grande expectativa em relação às medidas que serão adotadas pelo governo Obama na questão ambiental, e países em desenvolvimento já cobraram dos Estados Unidos que mostrem liderança nas discussões sobre este tema.

Muitos desses países não pretendem cortar suas próprias emissões de gases causadores do efeito estufa, a não ser que tenham fortes indícios de que os Estados Unidos estão dispostos a reduzir substancialmente as emissões.

Um projeto de lei sobre redução de emissões de dióxido de carbono está em tramitação no Congresso, mas a decisão da EPA permitirá à agência determinar alguns cortes sem ter de esperar que os projetos sejam aprovados e transformados em lei.

De acordo com a chefe da EPA, os impactos dos gases causadores do efeito estufa serão sentidos desproporcionalmente pelas populações mais pobres ou com condições de saúde mais frágeis, como os povos indígenas.

Para militares, uma questão de segurança nacional A EPA citou um relatório, elaborado em 2007 por um grupo de generais e almirantes de reserva, segundo o qual as mudanças climáticas representam desafios de segurança nacional para os Estados Unidos.

A decisão da EPA irá agora a consulta pública.

Ambientalistas saudaram a decisão da EPA, afirmando que ela é o mais recente sinal de que o governo de Barack Obama está adotando uma postura em relação às mudanças climáticas bem diferente daquela praticada por seu antecessor.

— A decisão recupera o papel dos Estados Unidos como um líder no cenário internacional — afirmou Phyllis Cuttino, diretor do programa de aquecimento global do Pew Environment Group, em Washington.

Carbono de floresta não ajuda clima, afirma ONG – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 19/04/2009

Para Greenpeace, crédito barato demais prejudica

É difícil ver ONGs ambientalistas e governos em acordo. Ainda mais quando o assunto é o comércio de emissões de carbono de florestas, a organização é o Greenpeace e o governo é o do Brasil. Mas, no caso do Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), mecanismo em negociação no âmbito das Nações Unidas para mitigar o efeito estufa e compensar as nações pobres, é precisamente isso o que vem acontecendo.

Um novo estudo do Greenpeace dá apoio à posição que o governo brasileiro defende praticamente sozinho na Convenção do Clima, a de não incluir o desmatamento no mercado internacional de carbono.

Num mercado desse tipo, países ricos financiariam a redução do desmatamento em países pobres em troca de "créditos" que lhes permitissem deixar de cortar emissões.

De acordo com o relatório, divulgado na semana retrasada em Bonn, na Alemanha, se as florestas entrassem indiscriminadamente nesse mercado, o preço do carbono cairia até 75%. Carbono barato demais atrapalha os esforços para conter a mudança climática.

A pesquisa mostra também que a medida poderia fazer com que países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, perdessem bilhões de dólares por ano em investimentos em tecnologias de energia limpa. Esses países dependem de incentivos para fazer a transição para tecnologias que emitem menos carbono. O setor perderia interesse porque os créditos de floresta são mais baratos.

Mudanças no uso da terra, em especial o desmatamento, causam 20% das emissões de CO₂ no mundo. Por isso, é importante incentivar sua redução. Acabar com o desmatamento seria uma forma rápida de reduzir emissões globais.

O estudo foi elaborado por especialistas da Nova Zelândia sob encomenda do Greenpeace. Ele considera que o Redd tem o potencial para trazer reduções no curto e médio prazos, o que ajudaria a atingir metas que forem definidas para o ano de 2020 no novo regime de proteção do clima, a ser negociado em dezembro em Copenhague.

Porém, defende que se deve reduzir o desmatamento usando recursos de outras fontes, não do mercado.

"Créditos florestais baratos soam atraentes, mas eles são uma opção perigosa que não irá salvar as florestas ou parar as galopantes alterações climáticas. Entre as muitas opções de financiamento na área de floresta na mesa, esta é a pior", disse Roman Czebiniak, do Greenpeace International.

Inundação

O governo brasileiro vai na mesma linha: de que se as florestas entrarem nesse mercado de carbono, podem inundá-lo com créditos baratos -o que torna mais fácil para os países ricos comprarem créditos do que reduzirem suas emissões. Créditos na área de energia valeriam o dobro ou mais.

O Brasil defende que seja ampliada a ideia do Fundo Amazônia, em que os países doam recursos voluntariamente para reduzir o desmatamento.

Motosserra na legislação – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 20/04/2009

ESTÁ ACONTECENDO no Brasil um grave retrocesso. Em 1988, a Constituição atingiu qualidade e modernidade ambiental inéditas, abrindo caminho para avanços importantes, muitos alcançados após processos demorados e difíceis. De uns tempos para cá -sobretudo desde o ano passado-, uma sequência de declarações de autoridades, desqualificando a legislação ambiental, abriu caminho para iniciativas que se avolumam e convergem para a clara intenção de desconstituir tais avanços, em nome de uma visão superada e imediatista de desenvolvimento.

Paradoxalmente, isso acontece no momento em que o mundo reconhece, em meio ao final de festa de um modelo consumista, poluidor e concentrador de riquezas, que a saída envolverá forte guinada para uma relação mais equilibrada com o meio ambiente. E, justo quando poderíamos assumir liderança incontestada nesse rumo, mergulhamos no atraso. O mais recente desatino foi o cavalo-de-troia que o deputado José Guimarães, do PT, introduziu na medida provisória de criação do Fundo Soberano, dispensando licença ambiental para duplicação e recuperação de estradas. De uma estrada vicinal na Amazônia se poderá fazer uma BR sem nenhum crivo ambiental.

O endereço da emenda é o asfaltamento da BR-319, em meio a 400 quilômetros de mata preservada. É lamentável que tenha sido gestada no Ministério dos Transportes e encaminhada na Câmara com aval do líder do PT. Perdeu-se a noção do que significa um empreendimento desses na Amazônia, sem as devidas salvaguardas socioambientais, em termos de expansão da frente econômica predatória.

O imediatismo joga no lixo o esforço para estruturar o sistema de licenciamento dentro de uma visão de avaliação ambiental integrada que já apresenta bons resultados. A pressa em driblar o licenciamento é, de certa forma, ato falho, pois escancara que a situação justificaria fortes condicionantes ambientais ou até mesmo a negação da licença. Daí partiu-se para ganhar o jogo no tapetão.

Duas barreiras ainda se colocam diante dessa vergonha: o Senado e o veto do presidente Lula. Mas, para isso, é preciso sustentação da sociedade. No Acre de Chico Mendes os empates eram um ato de resistência no qual trabalhadores, mulheres e crianças se colocavam diante das árvores prestes a cair a golpes de motosserras, num movimento pacífico para levar à negociação. Agora o Brasil tem outras formas de empate, inclusive o eletrônico. A hora é essa, porque parte do Congresso e do governo está com as motosserras ligadas, prestes a botar abaixo nossa legislação ambiental.

Estudo vê floresta atlântica maior e mais fragmentada – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência – 20/04/2009

Remanescentes têm o dobro da área estimada, mas tamanho de ilhas limita preservação

Nova análise de dados de satélite foi liderada por grupo da USP e sugere que fragmentos do bioma ainda podem ser reconectados

Um estudo que dissecou a mata atlântica traz uma notícia relativamente boa e dados muitos dados alarmantes.

A área que ainda resta dessa floresta é maior do que as previsões anteriores indicavam: em vez de 7% a 8%, ela ocupa hoje entre 11,4% e 16% da sua extensão original. Porém, os fragmentos de mata estão pequenos -mais de 80% têm menos de 50 hectares, tamanho incapaz de preservar a maioria das espécies florestais.

As informações estão em artigo publicado neste mês no periódico "Biological Conservation". Os autores são ligados à USP, ao Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e à Fundação SOS Mata Atlântica.

Segundo Jean Paul Metzger, pesquisador do Instituto de Biociências da USP e um dos autores do trabalho, a diferença no dado de "quanto sobrou" de mata atlântica se deve ao fato de a pesquisa ter levado em conta remanescentes menores e florestas em estágios mais iniciais de regeneração.

O atlas dos remanescentes da mata atlântica, produzido pela SOS Mata Atlântica e pelo Inpe, não contabiliza, por exemplo, fragmentos com menos de 100 hectares. Mas, segundo Metzger, estes também têm valor ecológico e não podem ser desprezados. Eles têm papel fundamental, por exemplo, na redução do isolamento entre fragmentos grandes.

Entretanto, muitos animais acabam "ilhados" nesses espaços reduzidos de floresta. O estudo revelou que, em média, a distância entre as áreas com remanescentes de mata atlântica é de 1,4 km, o que torna difícil, senão impossível, que as espécies cruzem de um fragmento ao outro. Isso aumenta o risco de extinção local. "Se o isolamento fosse menor, a possibilidade de uma ave, inseto ou mamífero de pequeno porte sair de um fragmento e migrar para outro seria muito maior. (...) E, quanto maior a taxa de troca de indivíduos entre fragmentos, maior é a possibilidade de aumentar a variabilidade genética", afirma o pesquisador Milton Cezar Ribeiro, da USP, também autor do artigo.

São Paulo possui a maior extensão contínua dessa floresta: a serra do Mar. O local é o único remanescente do bioma ameaçado que possui mais de 1 milhão de hectares -de um total de 245.173 fragmentos de mata atlântica identificados.

Nova ameaça

Para Metzger, a palavra mais importante quando se fala em mata atlântica hoje é restauração. E, para que haja uma recuperação da mata e para que os fragmentos sejam conectados, será preciso envolver os proprietários particulares.

"Noventa e nove por cento da mata atlântica está em áreas privadas. Obrigatoriamente teremos de trabalhar em parceria com os proprietários", afirma.

Uma lei aprovada em Santa Catarina e sancionada na semana passada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), porém, vai justamente na direção contrária: permite a redução das áreas protegidas ao longo dos rios no Estado. A lei teve apoio dos agricultores e a objeção de ambientalistas.

Maria Cecília Wey de Brito, secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, demonstra preocupação com a "tentativa constante e insistente dos nossos políticos e colegas de outros setores" de usar as áreas de mata atlântica para agropecuária.

"É impressionante você achar que o Brasil vai precisar acabar com o que tem de mata atlântica para se manter como produtor agrícola", afirma ela.

Ela ainda não teve acesso aos resultados do novo estudo. Porém acredita que os dados serão úteis na formulação de políticas públicas. O ministério considera que o total de mata atlântica restante é de 27% (22,4% são remanescentes exclusivamente florestais e 4,6% estão em áreas de manguezal e restinga, principalmente).

Segundo a secretária, o uso de metodologias diferentes pode explicar a diferença do dado.

Para ela, o fato de o ministério apontar maior área de floresta não prejudica a mobilização para protegê-la. Principalmente quando se trata de ocupar áreas com agricultura. "Se falamos que existe 7% de mata atlântica, quer dizer que 93% pode ser usado. Mas, se existe cerca de 20%, pode-se usar uma área menor."

Para acompanhar o desmatamento, o ministério iniciou na quinta-feira o monitoramento via satélite oficial da mata atlântica e de outros biomas. A secretária diz que até o final do ano os primeiros dados poderão ser divulgados.

Desequilíbrio no paraíso - Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 21/04/2009

Árvores da Mata Atlântica mudam e florescem mais depressa

Nem mesmo o paraíso escapa do inferno climático do aquecimento global. Provas disso estão na Mata Atlântica, o mais biodiverso e devastado dos biomas brasileiros. Espécies nativas como cambuís, araçás, inhomirins mudaram e florescem mais depressa.

Suas sementes mostram degeneração.

São sinais que podem representar o desequilíbrio de todo o ecossistema, com consequências amplas. Da Mata Atlântica, dependem o clima do Sudeste e a saúde dos rios que abastecem a região.

A Mata Atlântica sofre mudanças em sua dinâmica por causa dos extremos climáticos, afirma o cientista Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo.

— A floresta começou a trocar de fisionomia devido às mudanças climáticas. As chuvas, mais concentradas, arrastam bancos de sementes.

Vários trabalhos mostram que as alterações na temperatura afetaram florações. E ainda não temos a dimensão dos efeitos, por exemplo, na polinização — destaca Rodrigues.

São mudanças evidentes para o biólogo Celso Bernardo, que monitora o viveiro de plantas do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, São Paulo) e vive na região desde que nasceu. Um dos paraísos ecológicos do Brasil e Reserva de Biosfera da Humanidade, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso demonstra possíveis sintomas das mudanças climáticas. E esses sintomas assustam as pequenas comunidades caiçaras que habitam o parque. São pouco menos de 500 moradores acostumados a dividir os 15 mil hectares com golfinhos, jacarés, aves raras e a floresta.

— As plantas mal terminam de frutificar e começam a florescer.

Está tudo acelerado. É o caso do inhomirim (tipo de canela), dos araçás e dos palmitos. O cambuí está com flores e frutas ao mesmo tempo. O índice pluviométrico parece mais concentrado e a intensidade de luz é maior. Há um descontrole muito grande. Até nos insetos a gente nota diferenças, as larvas cresceram e a qualidade das sementes, que testamos, está ruim — afirma Bernardo.

Pela ilha, é fácil encontrar florações e frutificações simultâneas. Segundo Bernardo, as mudanças se acentuaram nos últimos seis anos.

— As plantas estão mais ativas. Para mim, é evidente que as mudanças climáticas são a causa.

Principalmente devido aos extremos de precipitação (secas e temporais) e do aumento da temperatura mínima. Numa mata preservada como essa, é mais fácil notar alterações — diz Bernardo.

‘A natureza está meio louca’

A Ilha do Cardoso abriga um ecossistema peculiar e complexo. De um lado, mar aberto. Do outro, o chamado Mar de Dentro, um amplo canal com salinidade menor por causa do desague dos rios do Vale do Ribeira.

— Outra mudança afeta as restingas.

A drenagem do solo tem sido muito baixa nos últimos anos.

Nunca tivemos uma situação assim, e o calor só aumenta. E agora ocorrem alagamentos constantes em áreas que eram secas — diz Camila Costa, gestora ambiental.

Os caixaras estão apreensivos. O pescador Daniel Fernandes, de 56 anos, passou toda a vida no Itacuruçá, na Ilha do Cardoso. Ele está assustado com o aumento das erosões, da temperatura, das tempestades e das longas estiagens.

— Os guanandis (árvores ameaçadas de extinção) estão sumindo daqui.

Não temos mais as quatro estações do ano, só inverno e verão. O inverno está muito mais quente, até mesmo durante a noite. A natureza está meio louca — disse Daniel.

Empresas confirmam: "soja de áreas desmatadas na Amazônia não será aceita" – Sítio Eletrônico da Abag – 22/04/2009

São Paulo, 14/04/2009 - Nesta terça-feira, 14 de abril, após divulgar os resultados do monitoramento da safra 2008/2009, as principais empresas comercializadoras de soja e suas associações (ABIOVE e ANEC) confirmaram que não vão adquirir a produção oriunda de áreas desmatadas após julho de 2006 localizadas no bioma Amazônia. De acordo com os dados divulgados hoje, na última safra, foram monitorados 630 polígonos em 46 municípios do bioma Amazônia totalizando 157.896 hectares, tendo sido identificadas 12 áreas com soja totalizando aproximadamente 1.385 hectares de área plantada. Em 2007, o monitoramento da Moratória, executado através de sobrevôos as propriedades, não identificou nenhuma área desmatada ocupada com soja. Os dados do monitoramento indicam que a expansão da produção da soja é muito baixa naquela região.

A comercialização da produção será feita considerando o levantamento de propriedades que plantaram soja em novas áreas desmatadas e qualquer compra estará condicionada a consulta da mesma. A soja produzida em áreas desmatadas após a Moratória não será comprada. Para os pré-financiados que desrespeitaram a Moratória, a produção proporcional à área desmatada será recusada, e o acesso desses produtores a crédito na safra 2009/2010 será restringido. Nas compras realizadas por meio de terceiros o procedimento será semelhante: não será admitido produto oriundo das áreas desmatadas após julho de 2006: “A Moratória trouxe um novo patamar de informações confiáveis que asseguram aos

nossos consumidores a origem da soja. Os dados do monitoramento estão disponibilizados no site www.abiove.com.br e estamos abertos à auditoria, tudo em nome da transparência”, (disse o presidente da ABIOVE – Carlo Lovatelli).

Em vigor desde 2006, a Moratória da Soja representa o compromisso da indústria da soja de não adquirir soja produzida em áreas desmatadas no bioma Amazônia a partir de julho de 2006. “A Moratória da Soja tem sido uma estratégia importante no combate ao desmatamento na Amazônia. A indústria reitera seu compromisso de não adquirir essa produção e esperamos que o governo também apoie esta iniciativa, operacionalizando os mecanismos de governança necessários para fortalecimento desta iniciativa”, (disse o diretor da campanha Amazônia do Greenpeace - Paulo Adario).

De acordo com o ministro do Meio Ambiente – Carlos Minc a Moratória da Soja é um sucesso. “Eu reconheço o esforço positivo e credito a redução expressiva do desmatamento à pactos como a Moratória da Soja. O que funciona para combater o desmatamento é o trabalho conjunto do governo, das empresas e das ONGs. Além da aprovação da MP de regularização fundiária e do pagamento pelos serviços ambientais, o governo vai direcionar um excedente de R\$ 5 milhões do PPG7 para acelerar o cadastramento ambiental rural”.

Fonte: Abiove

Refugiados climáticos - Soraya Aggege – O Globo – Ciência – 22/04/2009

Avanço do mar e erosão forçam a mudança de moradores de reserva ecológica

Em seus 68 anos, Antonio Cardoso nunca deixou a ilha que leva o sobrenome de seus ancestrais.

Mas agora ele se prepara para se tornar um dos primeiros refugiados climáticos do Brasil. Terá que abandonar sua casa na Ilha do Cardoso, um paraíso com 96% de Mata Atlântica preservada. A causa é o aumento da erosão do litoral provocado por ressacas intensas. A restinga está prestes a se romper. Com isso, duas comunidades, com 53 caiçaras além de Antonio, terão que ser deslocadas, segundo a direção do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

A causa da erosão e das ressacas é incerta. Alguns cientistas acreditam que está ligada ao aquecimento global. Outros pensam que o fenômeno é parte de um ciclo natural.

Uma coisa é certa, afirma a direção do parque, o rompimento da restinga acontecerá logo.

Além de reassentar as duas comunidades caiçaras da restinga — Enseada da Baleia (33 pessoas) e Enseada Norte (21 pessoas) — a direção do parque terá que enfrentar outro problema: a ilha pertence a São Paulo e fica na divisa com o Paraná.

Mas quando a restinga se romper, a faixa de terra, de 6 kms, passará a pertencer ao Paraná.

— O fato é que a faixa de terra está se rompendo — afirma o administrador do parque, o geólogo Mário José Nunes de Souza.

A erosão começou a ser medida há 20 anos e só tem se intensificado.

Na Enseada da Baleia, o mar levou mais de dois hectares e os moradores tentam desesperadamente conter seu avanço com sacos de areia. Os geólogos dizem que é inútil.

Pesquisas sobre os efeitos das mudanças estão em curso na Universidade Federal do Paraná. Antonio Cardoso, líder da Enseada da Baleia, não quer deixar a terra onde seus ancestrais nasceram.

— A gente está com muito medo.

Mas prefeito, governador, presidente, ninguém faz nada. Eu tenho gastado o que não posso para fazer paredões de areia. Já se foram mais de 100 metros da nossa faixa.

Agora temos uns 160 metros. E as ressacas estão ficando mais fortes — afirma Cardoso.

Ele conta que os pescadores andam assustados com as possíveis mudanças climáticas: — Antigamente a gente olhava o tempo e dizia: hoje vai chover, amanhã não vai. Nossa vida foi toda assim, aprendendo a ler o tempo.

Hoje não entendemos mais o que o tempo escreve.

Nelson Roberto da Cunha, de 30 anos, também mora na Enseada da Baleia. Pescador, ele nunca tinha ouvido falar em “refugiado climático” mas sabe o que significará ser um: — É tudo muito triste. A verdade é que a natureza reclama e nós vamos embora.

Ivo Carlos Neves, 49 anos passados na Comunidade do Itacuruçá, reclama que o bar que montou está sendo engolido pelo mar: — Em cinco anos, a erosão comeu mais de 30 metros de praia e agora vai engolir o bar.

A vegetação da praia desapareceu.

As mudanças intrigam também o gestor ambiental do parque, Rodrigo José Silva Aguiar: — A impressão é que a dinâmica natural das mudanças marítimas está acelerada. Notamos erosão acentuada em quase toda parte.

O oceanógrafo Edison Barbieri afirma que já encontrou indícios de mudanças nas populações de aves da Ilha do Cardoso.

— A população de espécies que estavam na lista de mais vulneráveis, como o pirupiru, cresceu. Ao mesmo tempo, outras diminuem como o maçarico-de-papo-vermelho — diz.

Comissão fracassa e STF vai decidir sobre nova lei – Júlio Castro – Estado de São Paulo – Ciência – 23/04/2009

APROVEITAMENTO–Vinhaça é usada como adubo para irrigar plantação de cana, mas custo do transporte é alto, o que dificulta a dispersão do líquido por áreas muito grandes

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso, presidida pela senadora Ideli Salvatti(PT-SC), reunida ontem em Florianópolis, deixou para o Supremo Tribunal Federal a solução da polêmica criada com a aprovação, pelo Estado de Santa Catarina, de um código ambiental que reduz de 30 para 5 metros a área de proteção das matas ciliares (que ficam na margem de rios e cursos d'água) e de 50 para 10 metros a área de preservação de nascentes, entre outras providências controversas.

Duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade(do PV e do Ministério Público de SC) já foram protocoladas, alegando que uma lei estadual não pode ser menos restritiva que a legislação federal.A terceira, do Ministério Público Federal, será protocolada hoje. Ideli – que chegou a apelar ao “bom senso” das autoridades presentes para solucionar o impasse– afirmou que vai pedir ao relator das ações no STF, ministro Celso de Mello, que dê prioridade ao caso.

Até o STF decidir se o código é constitucional ou não, os agricultores catarinenses poderão desmatar segundo os parâmetros aprovados pela Assembleia em 31 de março e promulgados pelo governador Luiz Henrique da Silveira(PMDB) no dia 13.A comissão limitou-se a adverti-los de que terão de “assumir o risco” de o STF anular os dispositivos.

O procurador-geral do Estado, Sadi Lima, afirmou que SC tem “total condição” de legislar conforme suas “características ambientais”.

Stephanes defende participação da sociedade na reformulação do Código Florestal – Sítio Eletrônico do MAPA – 23/04/2009

São Paulo/SP (23.4.2009) - A participação de todos os segmentos da sociedade nas discussões sobre as mudanças no Código Florestal Brasileiro foi defendida pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, durante palestra na Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, nesta quinta-feira (23).

O ministro falou também sobre o Plano Nacional de Fertilizantes e a necessidade do Brasil se tornar autossuficiente nessa área. “Hoje o País tem alto grau de dependência com a importação de fertilizantes”, ressaltou.

Entre as sugestões de Stephanes para o aprimoramento do Código Florestal está a permissão para o plantio de arroz em várzea e de café, uva e maçã em topo de morros, em áreas já consolidadas, experiências bem-sucedidas nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A preservação da margem dos rios e o estabelecimento de condições para o desmatamento zero, principalmente na área de pecuária, também foram apontadas por Stephanes como medidas fundamentais para o Código Florestal. O ministro reafirmou que não se deve mais derrubar nenhuma árvore no Brasil para expansão da agropecuária. (*Edit Silva*)

Governo vai incentivar sociobiodiversidade para combater desmatamento - Paulenir Constâncio – Sítio Eletrônico do MMA – 23/04/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança, na segunda (27), em Manaus, o Plano Nacional das Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade. A nova política pública vai incentivar a produção, industrialização, comercialização e consumo da produção extrativistas, da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas. As ações envolvem os ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à fome. O objetivo do Governo é mostrar que o mercado não-madeireiro, representado principalmente pela indústria do extrativismo, é economicamente viável e, com isso, evita o desmatamento na Amazônia.

O evento terá a participação da ministra interina do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Formulado pelo MMA, o plano pretende promover mudanças radicais no padrão predatório da produção em biomas sob risco ambiental, como a Amazônia, e vai fortalecer as Reservas Extrativistas do País. Isso implica na implementação do extrativismo e do desenvolvimento rural sustentável em novas bases, assegurando um baixo impacto ambiental para a floresta.

O ministério pretende envolver as organizações ambientais, a iniciativa privada e os governos federal, estadual e municipal, na busca de soluções sustentáveis para os povos tradicionais e a economia não-madeireira. "Na medida em que os extrativistas se sentirem remunerados, eles vão manter a floresta em pé", avalia Cláudia Calório, da Secretaria Nacional de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, responsável pela articulação entre o poder público, as comunidades e o mercado, um dos principais desafios dos programas do plano. A estratégia para isso é apontar as vantagens competitivas das

atividades

extrativas.

Cláudia vê o plano como atendimento a antigas reivindicações dos movimentos sociais organizados da Amazônia. Como responsável direta pela agenda do extrativismo, a SEDR e os parceiros interministeriais formularam um plano que prevê o diálogo amplo entre o mercado em todas as suas etapas, produção, comercialização e consumo, e os ministérios, principalmente os da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, além de incentivos aos extrativistas, serviços ambientais, distribuição dos resultados da exploração da biodiversidade e conhecimentos tradicionais.

Obama começa a delinear política para clima – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 23/04/2009

O governo Obama começa a se movimentar no debate climático internacional. Na semana passada a EPA, a agência ambiental dos EUA, declarou que os gases-estufa são poluentes e, assim, passíveis de monitoramento e controle. Na segunda e terça-feiras Washington sediará a reunião dos representantes das 16 maiores economias do mundo mais a Comissão Europeia, um convite de Obama para conversarem sobre o futuro das negociações no pós-2012, quando o Protocolo de Kyoto expira. Tudo isso pode culminar em um adiamento de decisões importantes na conferência do clima das Nações Unidas em dezembro, em Copenhague - ninguém se mexe sem saber primeiro o que os EUA farão.

Hoje está claro que desenvolvidos e emergentes aguardam os passos dos EUA na negociação climática. Também está claro que os EUA aguardam os rumos de sua política interna a ser votada pelo Congresso para depois negociarem fora e não repetirem o erro da gestão Clinton-Gore (que acertou os termos de Kyoto mas sem o ok doméstico acabou nunca assinando o Protocolo). "Depois disso, negociarão pesado", aposta José Eli da Veiga, professor-titular da FEA/USP. Segundo ele, a negociação climática seria mais ágil se acontecesse dentro do G-20 e reunisse mais "uma dúzia de outros emissores". Em debate sobre o tema promovido pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA), ontem, ele lembrou que em 2004 os países do G-20 eram responsáveis por 82% das emissões globais.

O governo brasileiro é reticente a este arranjo e embora participe do encontro em Washington, não vê com bons olhos nenhum canal de negociação paralelo ao da ONU. "Este formato, de fórum, é até interessante", avalia o embaixador Sergio Serra, porta-voz do Itamaraty nas negociações. Na sua previsão, o Congresso americano pode votar a lei do clima em outubro ou novembro, o que torna improvável um acordo em Copenhague. "Mas,

se necessário, poderia acontecer uma CoP-15 B em Copenhague mesmo, meses depois", imagina.

Lula, Obama, floresta e clima – Marcio Santinni - Valor Econômico – Opinião –
23/04/2009

Viramos o ano com avanços de posição dos EUA e do Brasil em relação à mudança climática. Em dezembro de 2008, o Brasil anunciou na Conferência da ONU sobre clima, na Polônia, um regime voluntário de metas para reduzir o desmatamento e as emissões de gases estufa daí decorrentes. Após três anos consecutivos com queda significativa nas taxas de desmatamento na Amazônia apuradas pelo Inpe, e um quarto ano com ligeiro aumento, nossos representantes oficiais criaram coragem e puseram sobre a mesa uma meta: reduzir em 70%, até 2017, a taxa de derrubada da floresta amazônica em relação à média histórica dessas emissões (19.000 km²).

Em janeiro último, antes de sua posse como presidente dos Estados Unidos, Barack Obama fez um pronunciamento sobre a questão climática. Bom sinal, considerando anos de omissão deliberada por parte do governo Bush. O foco do discurso foi a descarbonização da economia americana, relacionando-a à própria soberania nacional devido à crescente dependência de seu país em relação aos combustíveis fósseis do Oriente Médio. Anunciou investimentos de peso em energias alternativas e tecnologias limpas e ainda estabeleceu como meta reduzir as emissões aos patamares de 1990 até 2020. Claro sinal de que os EUA não acatarão as metas do Protocolo de Kyoto, de redução média de 5,2% em relação aos níveis de 1990, o equivalente a uma redução de 2 bilhões de toneladas de carbono entre 2008 e 2012. E, ao que parece, menos ainda em relação ao que vier a ser estabelecido no âmbito da ONU, na Conferência de Copenhague, na Dinamarca, no final do ano, que traçará condições para o próximo período de compromisso a partir de 2012.

Todos sabem que os governos devem ser cautelosos ao anunciar metas, mesmo voluntárias, no plano internacional. Porém, a crise climática vem dando exemplos constantes de que veio para ficar. As metas de Kyoto têm de ser, pelo menos, 15 vezes maiores para que o quadro de ameaças climáticas não se agrave.

Descontando as conveniências diplomáticas, é desejável e necessário que povos e países, inclusive EUA e Brasil, que estão entre os quatro maiores emissores atuais de gases estufa, criem condições para fazer algo a mais e rápido. Havendo fontes estáveis e significativas de financiamento, que não se esgotem na provisão de medidas de controle e possam bancar matrizes mais sustentáveis de produção florestal e agropecuária na Amazônia, assim como outras alternativas, o Brasil certamente poderá ir além da meta de

redução de desmatamento anunciada pelo governo. Apesar das dificuldades, é mais fácil e barato reduzir desmatamento, dando tempo e escala para que a matriz energética seja limpa.

É bom lembrar que as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis continuam a crescer, embora bem menos se comparadas àquelas oriundas do desmatamento na Amazônia. A política do governo deveria, portanto, ir além do incentivo a doações compensatórias de reduções passadas na taxa de desmatamento, que já alimentam o Fundo Amazônia do BNDES, mas deveriam também considerar o ascendente mercado de créditos de carbono.

A alegação oficial de que a opção pelo mercado não apresenta contribuição adicional para a redução de emissões, pois a diminuição de desmatamento estaria apenas autorizando emissões pela queima de combustíveis fósseis em países do Norte, é uma meia verdade. Se a compensação não trouxesse vantagem para o clima, não haveria como sustentar a pertinência do MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) e outros. Eles existem para viabilizar o cumprimento de metas com menor custo, favorecendo o esforço internacional pela redução de emissões. Assim, qualquer sistema proposto pela ONU para reduzir as emissões de gases poluentes no período pós-Kyoto que admita hipóteses de compensação que incluam mecanismos de mercado (crédito de carbono), deve estar fortemente ligado ao aumento das metas obrigatórias para os países desenvolvidos.

Este raciocínio se aplica ao futuro mercado de carbono que está surgindo nos EUA. Se for possível aos americanos utilizar créditos gerados pela redução de emissões por desmatamento, será possível viabilizar compromisso interno de redução mais significativo e trazer os EUA de volta à mesa de negociação da ONU.

Já há modelos econômicos que apontam grandes benefícios para o clima sob um possível acordo bilateral Brasil-EUA que considere as metas anunciadas. Existindo a opção de compra de créditos de reduções do desmatamento, os EUA poderiam reduzir de 4% a 10% acima da meta anunciada e, atenção, sem custo adicional. Poderiam, assim, aportar recursos técnicos e financeiros e garantir efetividade e velocidade na redução do desmatamento no Brasil, gerando uma dinâmica cujo resultado seria um real benefício para o clima.

Márcio Santilli é diretor do Instituto Socioambiental (ISA).

Paulo Moutinho é diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Steve Schwartzman é diretor do Environmental Defense Fund (ED).

CNA quer argumentos científicos na reforma do Código Florestal – Sítio eletrônico da
CNA – 24/04/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje (24/4), em Cuiabá, a participação de cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nos debates sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro, vigente desde 1965. Defensora de uma legislação que compatibilize a produção agropecuária com a preservação do meio ambiente, ela explicou, durante o lançamento do CNA em Campo na cidade, que o meio acadêmico dará às discussões a argumentação técnica necessária para que o produtor rural possa se adaptar às exigências da lei. Ela informou ainda que na próxima semana haverá audiência pública do Senado com a participação dos pesquisadores Evaristo Miranda e Gustavo Curcio, ambos da Embrapa. Miranda, que é doutor em ecologia, e Curcio, doutor em engenharia florestal, apresentarão um estudo que mostra que mais de 70% do território brasileiro seria composto por áreas de floresta, caso a lei fosse integralmente cumprida. Preservar e produzir. A idéia da CNA é debater o assunto com os senadores das 11 comissões permanentes da Casa. O trabalho também será apresentado aos secretários estaduais de Agricultura e deputados federais. "O que queremos é uma legislação factível. O Código hoje é obsoleto e não há nada pior do que existir uma lei que o cidadão não pode cumprir", afirmou a senadora, durante entrevista coletiva na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO). "O meio ambiente para o setor rural é questão vital e de sobrevivência econômica. Não queremos que um aspecto se sobreponha ao outro porque a preservação dará sustentação a este segmento", completou a senadora. Segundo Kátia Abreu, a média mundial de áreas destinadas à preservação ambiental, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, varia de 6% a 12%. "Pode um país comprometer mais de 70% do seu território com cobertura florestal, restando menos de 30% para as atividades econômicas?", questionou a senadora. Na avaliação da presidente da CNA, questões como as APPs (topos de morros, encostas de rios) devem ser definidas no âmbito estadual, e não na esfera federal. "A Constituição apenas define o que são estas áreas. Mas os detalhes devem ser feitos por leis estaduais. Recentemente, Santa Catarina sancionou seu código ambiental com base nessa visão, uma decisão acertada", exemplificou. Kátia Abreu disse, ainda, que uma legislação atualizada, para que o setor agropecuário concilie a produção sem desmate, beneficiará o Brasil no mercado internacional. "As regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) são claras e elas exigem que os países cumpram suas leis. Quanto mais dificuldades impusermos para nós mesmos, seremos os

maiores prejudicados por estas leis impraticáveis", afirmou. Defesa Agropecuária

Em café-da-manhã com autoridades na sede da FAMATO, um dos assuntos abordados por Kátia Abreu foi a necessidade de um novo sistema de defesa sanitária animal e vegetal. Ela informou que a CNA está discutindo o assunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e as agroindústrias. "É uma questão que tem nos deixado preocupados, mas podemos ser organizados neste tema para atender às exigências do mercado internacional e principalmente os nossos consumidores", enfatizou Kátia Abreu, que também falou sobre outras questões que preocupam o produtor, como o endividamento, o atual modelo de crédito rural e a precariedade logística no Brasil. Participaram do café-da-manhã o Vice-Governador de Mato Grosso, Sinval Barbosa, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado estadual José Riva, o secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Neldo Egon, os senadores Gilberto Goellner e Jaime Campos, deputados estaduais, vereadores, presidentes de sindicatos rurais e de entidades estaduais ligadas ao setor produtivo. Também estiveram presentes o 1 Vice-Presidente da CNA, Ágide Meneguette, o Vice-Presidente Executivo da entidade, Fábio de Salles Meirelles Filho, o deputado federal Homero Pereira, Vice-Presidente Diretor, o secretário-executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Omar Hennemann, o presidente da FAMATO, Rui Prado, e a diretores da entidade.

CNA quer argumentos científicos na reforma do Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 24/04/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, defendeu hoje (24/4), em Cuiabá, a participação de cientistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) nos debates sobre a reformulação do Código Florestal Brasileiro, vigente desde 1965. Defensora de uma legislação que compatibilize a produção agropecuária com a preservação do meio ambiente, ela explicou, durante o lançamento do CNA em Campo na cidade, que o meio acadêmico dará às discussões a argumentação técnica necessária para que o produtor rural possa se adaptar às exigências da lei. Ela informou ainda que na próxima semana haverá audiência pública do Senado com a participação dos pesquisadores Evaristo Miranda e Gustavo Curcio, ambos da Embrapa. Miranda, que é doutor em ecologia, e Curcio, doutor em engenharia florestal, apresentarão um estudo que mostra que mais de 70% do território brasileiro seria composto por áreas de floresta, caso a lei fosse integralmente cumprida. Preservar e produzir. A idéia da CNA é debater o assunto com os senadores das 11 comissões permanentes da Casa. O trabalho também será apresentado aos secretários estaduais de Agricultura e

deputados federais. "O que queremos é uma legislação factível. O Código hoje é obsoleto e não há nada pior do que existir uma lei que o cidadão não pode cumprir", afirmou a senadora, durante entrevista coletiva na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO). "O meio ambiente para o setor rural é questão vital e de sobrevivência econômica. Não queremos que um aspecto se sobreponha ao outro porque a preservação dará sustentação a este segmento", completou a senadora. Segundo Kátia Abreu, a média mundial de áreas destinadas à preservação ambiental, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, varia de 6% a 12%. "Pode um país comprometer mais de 70% do seu território com cobertura florestal, restando menos de 30% para as atividades econômicas?", questionou a senadora. Na avaliação da presidente da CNA, questões como as APPs (topos de morros, encostas de rios) devem ser definidas no âmbito estadual, e não na esfera federal. "A Constituição apenas define o que são estas áreas. Mas os detalhes devem ser feitos por leis estaduais. Recentemente, Santa Catarina sancionou seu código ambiental com base nessa visão, uma decisão acertada", exemplificou. Kátia Abreu disse, ainda, que uma legislação atualizada, para que o setor agropecuário concilie a produção sem desmate, beneficiará o Brasil no mercado internacional. "As regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) são claras e elas exigem que os países cumpram suas leis. Quanto mais dificuldades impusermos para nós mesmos, seremos os maiores prejudicados por estas leis impraticáveis", afirmou. Defesa Agropecuária

Em café-da-manhã com autoridades na sede da FAMATO, um dos assuntos abordados por Kátia Abreu foi a necessidade de um novo sistema de defesa sanitária animal e vegetal. Ela informou que a CNA está discutindo o assunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e as agroindústrias. "É uma questão que tem nos deixado preocupados, mas podemos ser organizados neste tema para atender às exigências do mercado internacional e principalmente os nossos consumidores", enfatizou Kátia Abreu, que também falou sobre outras questões que preocupam o produtor, como o endividamento, o atual modelo de crédito rural e a precariedade logística no Brasil. Participaram do café-da-manhã o Vice-Governador de Mato Grosso, Sinval Barbosa, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado estadual José Riva, o secretário de Estado de Desenvolvimento Rural, Neldo Egon, os senadores Gilberto Goellner e Jaime Campos, deputados estaduais, vereadores, presidentes de sindicatos rurais e de entidades estaduais ligadas ao setor produtivo. Também estiveram presentes o 1 Vice-Presidente da CNA, Ágide Meneguette, o Vice-Presidente Executivo da entidade, Fábio de Salles Meirelles Filho, o deputado federal Homero Pereira, Vice-Presidente Diretor, o secretário-executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Omar Hennemann, o presidente da FAMATO, Rui Prado, e a diretores da entidade.

O campo no limite Aquecimento põe produção em risco – Soraya Aggege – O Globo –
Ciência – 24/04/2009

Enviada especial PASSO FUNDO e NÃOMETOQUE, Rio Grande do Sul

As transformações no clima do Brasil têm intensificado a ameaça de pragas para a agricultura e levado ao limite o desafio de melhorar geneticamente plantações, para que resistam a condições extremas de seca, chuva e calor.

Não escapa nem o mais brasileiro dos pratos, o feijão com arroz. A elevação da temperatura média dos estados do Sul e mudanças no regime de chuvas já causam prejuízos para as culturas de feijão, soja, milho, café, trigo, cevada, arroz e das frutas que dependem do frio.

— Temos indicações claras de que não se trata de mudança cíclica, natural.

A temperatura mínima subiu e o regime de chuvas mudou. Algumas culturas estão seriamente afetadas em todo o país — diz o agrometeorologista Eduardo Assad, chefe da Embrapa Informática Agropecuária.

Segundo ele, o aumento da temperatura acelerou a fotossíntese: — A planta vira uma máquina de fotossíntese, mas não há tempo para usar a energia extra. Ela não consegue gerar mais grãos, por exemplo.

Feijão ameaçado em todo o país

Assad lembra que a ciência tem evitado efeitos piores na agricultura brasileira, graças a melhoramento genético e a técnicas de cultivo. Mas essa capacidade tem limites: — Buscamos genes que possam melhorar as plantas. Mas mesmo isso tem limites. Com 1 grau Celsius a mais, é possível ter bons resultados.

Porém, 2 graus extras tornam tudo muito mais difícil.

Efeitos de mudanças climáticas acabam de ser observados no feijão, segundo Assad. Temperaturas mais altas causam o abortamento das floradas em todo o país. No Paraná, pesquisadores tentam desenvolver variedades resistentes.

Nas lavouras de soja de Sul, CentroOeste e Sudeste a ferrugem e outras doenças fúngicas aumentaram. O milho também sofre. A avaliação dos pesquisadores é que o aumento dos fungos é provocado pela combinação de excesso de chuvas e temperaturas muito elevadas.

No café, transformações são observadas em Varginha (MG), pela Fundação Pró-Café. E o reitor da Universidade de Viçosa, Luiz Cláudio Costa, especialista em mudanças climáticas, afirma que em Minas Gerais os invernos estão mais curtos e isso prejudica o café. Daniel Pereira Guimarães, da Embrapa em Sete Lagoas (MG), frisa que, além da elevação das mínimas em 2 graus (análise dos últimos 80 anos), a intensidade e a concentração das chuvas mudou, embora a quantidade de água seja a mesma.

A quantidade de tempestades dobrou, enquanto as chuvas de 5 milímetros, melhores para a agricultura, diminuíram. Com isso, a erosão do solo piorou e o florescimento e amadurecimento das plantas se alterou.

Fungo prejudica a cerveja e o pão

Agricultores de cevada e trigo do norte do Rio Grande do Sul também reclamam do tempo. Um estudo da Embrapa revelou que primaveras mais chuvosas e quentes favoreceram à praga giberela — um fungo que ataca os grãos e produz microtoxinas tóxicas para o homem. A praga toma conta das plantações na época de maturação dos grãos e a produção fica contaminada. A cevada atacada não serve mais para a cerveja.

O trigo perde qualidade.

— A cevada e o trigo já são afetados pelas mudanças climáticas.

A cevada nem será mais viável para a região, porque não serve para as cervejarias — destaca o pesquisador da Embrapa em Passo Fundo (RS) José Maurício Fernandes, especializado em fitopatologia.

Levantamento do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento sobre a safra atual de grãos, indica que o Brasil vai colher 13,1% menos trigo em 2009/2010 que no período anterior (2008/2009). Na região Sul, responsável por 90% do cultivo, a colheita deve encolher 14,4%.

A cevada está desaparecendo dos campos gaúchos. Na produção da cerveja, os grãos da cevada são postos em ambiente umedecido por dois dias. Mas a giberela germina junto e pode contaminar a cerveja, causando até câncer no intestino se o consumo for frequente, explica Fernandes.

Assim, as cervejarias passam a importar a cevada. A Embrapa estuda formas de adaptar a cevada para outras regiões do país.

No caso do trigo, a maior dificuldade é na colheita do tipo para o pão. Para a produção de alimentos com trigo in natura, como o quibe, pode ocorrer contaminação humana, alerta o pesquisador.

Agricultor desde os 12 anos, Arthur Willy Kumpel, de 69 anos, não consegue vender sua produção de trigo, de 44 toneladas, devido à baixa qualidade: — A colheita foi boa, mas não vai dar para pagar o banco. A cada ano a qualidade fica pior.

Kumpel diz que o trigo não tolera o excesso de chuva seguido por calor.

— Tem havido muita chuva e depois muito sol quente, em vez de frio.

O trigo não resiste. Não sei se somos culpados. Fizemos reflorestamento, não desmatamos. Talvez a culpa seja do desmatamento da Amazônia, que comanda o regime de chuvas da região — imagina o agricultor.

Uma das principais cooperativas de produtores do Sul, a Cotrijal, contabiliza os prejuízos da produção e afirma que, por causa das mudanças climáticas, a tendência é o Brasil extinguir a produção de cevada e perder no trigo para a Argentina.

Segundo a Cotrijal, há cinco anos, o Rio Grande do Sul plantava 21 mil hectares de cevada. Em 2008, baixou para 7,5 mil toneladas.

Mesmo assim, a colheita não cobriu o custo da produção.

A elevação média de quase 2 graus na temperatura mínima na época de floração na região de Pelotas (RS) prejudica a qualidade do arroz irrigado.

A cada grau de aumento da mínima, a perda é de 10% da produção, segundo pesquisa da Embrapa em Pelotas. O pesquisador Silvio Steinmetz, do Laboratório de

Agrometeorologia, analisou dados climáticos de Pelotas desde 1893. O estudo mostra que entre 1893 a 2004 o aumento médio da mínima foi de 1 grau.

E de 1951 a 2004, a elevação foi de 1,66 grau.

— Se chegarmos a 3 graus, a tendência é de grande redução da produção de arroz irrigado. A causa clara, na nossa avaliação, é o aquecimento global — diz Steinmetz.

Lula lança ação para reduzir desigualdades na Amazônia Legal – Sítio Eletrônico do MDA – 24/04/2009

O Pacto para Acelerar a Redução da Desigualdade na Amazônia Legal será assinado nesta segunda-feira (27), em Manaus, com as presenças do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, de ministros e de governadores da região Norte. Na ocasião, também será lançado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, que vai garantir a geração de renda para as comunidades rurais da região. A cerimônia será no Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

Entre as ações para a redução da desigualdade, estão as políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das metas do MDA é duplicar o número de famílias atendidas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural que vivem nos Territórios da Cidadania da Amazônia Legal. O objetivo é chegar a 237 mil famílias atendidas, integrando os sistemas estaduais e federais de assistência.

A regularização fundiária na Amazônia, por meio do programa Terra Legal, também faz parte do pacto para acelerar a redução da desigualdade na região Norte do País. O compromisso entre os governos Federal e estaduais é atuar conjuntamente nos 436 municípios com terras federais que não foram destinadas pela União. Os trabalhos deverão começar em áreas que já foram georreferenciadas, nos municípios do Arco Verde e nos 17 Territórios da Cidadania. A meta é georreferenciar 21,7 milhões de hectares e regularizar 90 mil posses de até quatro módulos fiscais (em média 400 hectares).

Uma parceria entre o MDA/Incra e o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam) já possibilitou a regularização fundiária de mais de quatro mil posses em terras estaduais de 25 municípios. O convênio, no valor de R\$ 28,9 milhões, deverá resultar na entrega de cerca de 10 mil títulos no estado.

Conservação da biodiversidade

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade, que será lançado em Manaus nesta segunda-feira, vai promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais da região. Para isso, o Plano irá possibilitar o acesso às políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, a mercados institucionais e aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos.

O Plano envolve ações dos ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento, além de órgãos estaduais. As organizações das comunidades tradicionais e dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas e da agricultura familiar também estão envolvidas no Plano.

Durante o lançamento do Plano, alguns agricultores já receberão o pagamento PGPM Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos de Produtos da Biodiversidade, que corresponde à diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo estabelecido para o produto.

Serviço

O quê: Assinatura do Pacto para Acelerar a Desigualdade na Amazônia Legal e lançamento do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade

Onde: Centro Cultural dos Povos da Amazônia. Endereço: Praça Francisco Pereira da Silva, s/nº - (Bola da Suframa) Bairro:Crespo, Manaus - AM

Quando: segunda-feira, 27 de abril

Queimada causa 19% do efeito estufa, diz estudo - Eduardo Geraque – Valor Econômico- Ciência – 25/04/2009

Cálculo feito por grupo internacional é o 1º a estimar o peso do fogo no clima

Sudeste asiático e Amazônia lideram emissão por queima de floresta; evitar incêndios é forma mais rápida de mitigar o clima, diz físico

Deixar de queimar propositalmente as florestas tropicais, savanas e áreas agrícolas -como canaviais- pode baixar a contribuição da humanidade ao aquecimento global em 19%.

A cifra, publicada em um artigo de revisão na revista científica "Science" desta semana, escancara a importância das queimadas no fluxo de energia global. Os cientistas não sabiam que o fogo tinha tanta importância assim. O físico da USP (Universidade de São Paulo) Paulo Artaxo conta que na estimativa, feita com o auxílio de modelos computacionais, entraram gás carbônico, metano e óxido nitroso -gases emitidos pela queima de biomassa que ajudam a aprisionar na atmosfera o calor irradiado pela Terra. No contexto geral, segundo o registro via satélite anual das queimadas propositais, Brasil, Malásia e Indonésia são os países que mais precisam avançar em políticas públicas que controlem o fogo deliberado. "É a forma mais barata e mais rápida para controlar o aquecimento global", afirma Artaxo.

Na liderança

Os cálculos dos cientistas mostram onde estão as fontes de queimadas que mais bombeiam gases de efeito estufa. Entre 1997 e 2006, os trópicos asiáticos contribuíram com 54% das emissões. Dos trópicos americanos, principalmente da Amazônia, saíram 32%. A África fecha a conta com a contribuição de 14%. Mas é na Amazônia, mais especificamente em Mato Grosso, que está a maior intensidade de focos de calor do planeta. Entre 2000 e 2005, segundo um estudo americano publicado em 2006, Mato Grosso tinha duas vezes mais queimadas que qualquer outra região. O agravante, diz Artaxo, é que a redução das queimadas na Amazônia, por exemplo, não vai melhorar a temperatura do planeta de forma direta, logo no ano seguinte. A escala de tempo é de décadas. "O carbono que vai para a atmosfera hoje vai sendo acumulado", diz. O fato de o fogo ser um componente "bastante significativo" para as mudanças climáticas globais não tem implicação apenas para as futuras gerações. Sendo o planeta um ambiente altamente inflamável, por causa da quantidade de carbono que existe nele, algumas alterações já ocorrem hoje. "As florestas úmidas não têm uma experiência histórica com o fogo na frequência com que ele está aparecendo hoje nesses ambientes", afirma Jennifer Balch, do Centro Nacional para Análises Ecológicas e Sínteses, EUA, coautora da pesquisa. De acordo com a cientista americana, durante uma seca extrema, 39 mil quilômetros quadrados da Amazônia (15% da área do Estado de São Paulo) entraram em combustão. David Bowman, da Universidade da Tasmânia (Austrália), é outro cientista que participou do trabalho sobre o impacto das queimadas em todos os ecossistemas do globo. Para ele, a relação entre seus resultados e o mundo hoje é total. "Os trágicos incêndios em Victoria (Austrália) enfatizam a potencial alteração nos regimes de fogo, que ocorre em paralelo com as mudanças climáticas antropogênicas", diz. Em fevereiro, no Estado australiano, mais de cem pessoas morreram na região por causa dos incêndios. Setecentas casas ficaram destruídas.

No vermelho

O fogo, que está cada vez mais presente por causa das mudanças climáticas, costuma causar

grandes prejuízos. No fenômeno El Niño de 1997-1998, na Ásia tropical, as estimativas mostram uma conta de US\$ 9 bilhões. Na América Latina, mais seca e por isso mais inflamável, os débitos ficaram em US\$ 12,5 bilhões -pouco menos que os US\$ 13,4 bilhões dados pelo governo americano para socorrer a GM. Diante das mortes, das secas e do aquecimento global em pleno curso, os cientistas esperam que os países tropicais passem a considerar mais corretamente o peso das queimadas.

Minc diz que taxa sobre petróleo pode ajudar a combater aquecimento global _ Folha de São Paulo – Ciência – 25/04/2009

DA REPORTAGEM LOCAL

O Brasil propôs a cobrança de um imposto de 10% sobre os lucros da indústria petrolífera para obter recursos para os países em desenvolvimento utilizarem no combate ao aquecimento global, durante o Encontro Ministerial de Meio Ambiente de Siracusa, na Itália.

"A indústria internacional do petróleo pode suportar um imposto sobre seus benefícios, e o preço do petróleo, de US\$ 50 por barril atualmente, não será afetado", afirmou o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente). Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), afirmou que ainda há diferenças fundamentais entre os países na negociação para um novo acordo sobre as emissões de gases-estufa, que deve ser concluído no final do ano em Copenhague. Segundo Minc, há uma "grande desconfiança" entre o Norte e o Sul nas negociações internacionais de clima. E Steiner disse que sai de Siracusa "muito preocupado", por ainda não ver como resolver o problema. A falta de consenso ameaça principalmente as metas de redução de emissões que devem ser adotadas pelos países e a questão de financiamento - necessário para os países pobres e em desenvolvimento fazerem corte de emissões e também para se adaptarem ao aquecimento global. Steiner, porém, elogiou a disseminação de uma abordagem mais realista - o reconhecimento de que o tempo está se esgotando- e o fato de haver menos discussão sobre culpa e mais reflexão. "A conversa está começando a se concentrar em como as parcerias poderão ajudar cada lado a entregar as ambiciosas demandas que o outro lado tem", disse. "O tempo de esperar que o outro lado dê o primeiro passo já passou." Os ministros e representantes da ONU se reuniram num castelo medieval de Siracusa para falar de biodiversidade e mudança climática. O Brasil preside o grupo dos 17 países em desenvolvimento que detêm maior biodiversidade. Segundo Minc, houve progresso na reunião em relação à necessidade de que a proteção à biodiversidade se torne uma prioridade na Conferência do Clima da ONU em Copenhague.

Com agências internacionais

Senado debate mudanças no Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 27/04/2009

Pela primeira vez será realizada no plenário do Senado uma audiência pública conjunta das 11 Comissões Permanentes da Casa para debater um assunto com a dimensão e a importância da reformulação do Código Florestal brasileiro. Por requerimento da senadora Kátia Abreu, aprovado nas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Educação, Cultura e Esporte (CE), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS), Serviços de Infraestrutura (CI), Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), os senadores se reunirão, na quarta-feira, dia 29/4, às 9h30min, para discutir a definição do conceito de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as implicações da legislação ambiental sobre o agronegócio. Por sugestão da senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a audiência pública terá a participação dos pesquisadores Gustavo Ribas Curcio e Evaristo Eduardo de Miranda, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Segundo ela, a participação dos especialistas na discussão proporcionará o embasamento científico necessário para que a reforma da legislação ambiental seja adequada à produção agropecuária. Recente estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) concluiu que o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista inviabiliza a ampliação das áreas destinadas à produção de alimentos ou geração de energia. Por esse motivo, na opinião da senadora Kátia Abreu, o debate deve priorizar a gestão das áreas de preservação permanente (APPs), previstas em lei. Com base neste estudo, a senadora afirma que apenas 33% do território estariam disponíveis para atividades econômicas se a atual legislação fosse cumprida à risca. Ela lembra, também, o alto custo para recompor áreas desmatadas, que é de R\$ 8 mil a R\$ 10 mil por hectare. Segundo a senadora, as atuais regras legais proíbem, inclusive, a produção nos topos de morros com mais de 45° de inclinação, o que impedirá boa parte das lavouras de cana-de-açúcar no Nordeste, de café em Minas e Espírito Santo e de arroz do Rio Grande do Sul. Em Estados como Santa Catarina, que sancionou este mês seu Código Ambiental, não restariam nem 10% da área destinada à atividade rural se a legislação fosse integralmente cumprida.

“A questão ambiental, hoje, é o assunto que mais aflige o produtor pelo não cumprimento

da reserva legal (percentual de área de preservação nativa nas propriedades) e das APPs. No Centro-Sul, praticamente não há reserva legal porque as áreas foram desmatadas antes da vigência das normas que determinam a preservação”, argumentou a presidente da CNA.

Lula assina decreto da MP 458 e lança ação para Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 27/04/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nesta segunda-feira (27), em Manaus, o decreto que regulamenta a Medida Provisória [Medida Provisória \(MP\) 458](#), editada para reforçar a regularização fundiária na Amazônia por meio do [Programa Terra Legal](#), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A assinatura do decreto da MP 458 foi acompanhada pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da Casa civil, Dilma Rousseff; do presidente do Incra, Rolf Hackbart; do secretário-executivo de Regularização Fundiária do MDA para a Amazônia Legal, Carlos Mário Guedes de Guedes; e dos governadores da região Norte, além de outras autoridades.

O processo de regularização fundiária em terras amazônicas faz parte de um pacto para acelerar a redução da desigualdade na região Norte do País. O compromisso entre os governos Federal e estaduais é atuar conjuntamente nos 436 municípios com terras federais ainda não destinadas pela União.

Os trabalhos deverão começar em áreas que já foram georreferenciadas nos municípios do Arco Verde e nos 17 Territórios da Cidadania da região. A meta é georreferenciar 21,7 milhões de hectares e regularizar 90 mil posses de até quatro módulos fiscais (em média 400 hectares).

Parceria entre o MDA/Incra e o Instituto de Terras do Amazonas (Iteam) já possibilitou a regularização fundiária de mais de quatro mil posses em terras estaduais de 25 municípios. O convênio, no valor de R\$ 28,9 milhões, deverá resultar na entrega de cerca de 10 mil títulos ao estado do Amazonas.

Menos

Desigualdade

Nesta segunda-feira (27), no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, foi assinado um Pacto para Acelerar a Redução da Desigualdade na Amazônia Legal. " Não podemos nos esquecer que aqui moram 26 milhões de pessoas que vivem da pesca, da castanha e da borracha. Por isso, a Amazônia não pode ser apenas um santuário nem pode ser vítima daqueles que ateam fogo em milhões de hectares. Os povos da Amazônia

precisam aproveitar essa biodiversidade para viver com dignidade”, destacou o presidente Lula.

Entre as ações previstas no Pacto para Redução da Desigualdade estão algumas políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, como o fortalecimento da agricultura familiar. Uma das metas do MDA é duplicar o número de famílias atendidas pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nos Territórios da Cidadania da Amazônia Legal. O objetivo é chegar a 237 mil famílias atendidas, integrando os sistemas estaduais e federais de assistência.

Entrega de Títulos

Na ocasião, foram entregues 4,2 mil títulos de terra a agricultores da Amazônia. A trabalhadora rural Rosilene Araújo de Souza, moradora da Comunidade Divino Espírito Santo, recebeu o documento das mãos do ministro Guilherme Cassel. O presidente do Incra, por sua vez, entregou o título de propriedade da terra à agricultora Tânia Maria de Jesus.

"Nossa meta para 2009 é regularizar 10 mil posses em todo Amazonas. O título é apenas mais um passo para garantir cidadania. Depois vem o acesso ao crédito, à assistência técnica e a todas as políticas desenvolvidas pelo Governo Federal", ressaltou o ministro Cassel.

A ministra Dilma Roussef aproveitou a cerimônia para frisar a importância que o Governo Federal tem destinado à Amazônia. "Começamos a olhar o Brasil a partir da Amazônia. Entendemos que a regularização fundiária é fundamental para garantir às pessoas o direito à propriedade e à cidadania. Esse é o grande mérito do atual governo", afirmou.

Conservação da biodiversidade

Ainda em Manaus, o presidente Lula, ministros e governadores lançaram o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, criado para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, além de garantir alternativas de geração de renda para comunidades rurais da Amazônia. Por meio desse Plano, será possível o acesso às políticas de crédito e de Ater, aos mercados institucionais, aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos.

O Plano envolve ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA); MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e de órgãos estaduais. A organização das comunidades tradicionais, dos trabalhadores da agricultura familiar e dos extrativistas também está prevista no Plano.

Os "agropolíticos" da comissão verde – Sítio Eletrônico do MST – 27/05/2009

Criada para ser palco de discussões e aprovação de projetos que preservem o meio ambiente, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados está, nessa legislatura, dominada por parlamentares ligados direta ou indiretamente ao agronegócio. A relação torna-se mais clara quando analisa-se as doações recebidas pelos deputados nas últimas eleições nacionais. Dos 17 titulares, pelo menos nove foram patrocinados por empresas de celulose, madeireira, fertilizantes ou de agropecuária. Na opinião de ambientalistas, a presença maciça de representantes do agronegócio na comissão enfraquece o discurso ambiental e torna desigual a relação entre ecologistas e ruralistas, que já possuem uma comissão exclusiva na Casa.

Nem o presidente da comissão, Roberto Rocha (PSDB-MA), escapa da relação com o agronegócio. Beneficiado por R\$ 40 mil da Ceagro Agro Negócios LTDA na última eleição que o trouxe à Câmara, Rocha afirma que não é ruralista e não vê problema em presidir uma comissão ambiental com uma presença forte de agropecuaristas. Garante, ainda, que a comissão não está dividida em ambientalistas e ruralistas, mas unida no único propósito de defender o interesse público.

O deputado Leonardo Monteiro (PT-MG) tem em seu currículo a experiência da presidência do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Papel e Celulose. Nas últimas eleições, recebeu R\$ 30 mil da Celulose Nipo Brasileira.

Entre os membros da comissão, o deputado Jorge Khoury (DEM-BA) foi quem mais recebeu doações de empresas ligadas a produção de celulose e material da agroindústria, R\$ 624 mil.

Na atual formação da comissão, tem lugar, inclusive, para o ex-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara Marcos Montes (DEM/MG). O democrata recebeu mais de R\$ 100 mil de empresas agropecuárias.

Já o deputado Jurandy Loureiro (PSC-ES) foi financiado com R\$ 65 mil da Aracruz Celulose. A empresa teve ações embargadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis) por desmatar áreas do córrego Jacutinga, no estado que o deputado representa.

O uso da política como instrumento de defesa de alguns setores produtivos em comissões e secretarias de meio ambiente não é exclusividade do Congresso Nacional. É o que garante a ONG Amigos da Terra.

"O sistema permite esse compromisso velado dos supostos representantes com os setores

produtivos", afirma a coordenadora da ONG, Lúcia Ortiz. "É por isso que tantos projetos importantes para o meio ambiente ficam emperrados. Representantes do agronegócio orquestram dentro dos espaços que definem as políticas públicas para favorecerem os seus negócios".

Segundo Lúcia, o Rio Grande do Sul é um exemplo claro dessa prática, uma vez que o atual secretário municipal de Meio Ambiente do estado, Berfran Rosado (PPS), foi patrocinado por empresas de celulose e, quando era deputado estadual, lançou uma frente parlamentar pró-eucalipto.

"Os técnicos da secretaria apresentam projetos sobre os impactos ambientais e têm o seu trabalho desqualificado", denuncia a coordenadora. "E os licenciamentos continuam facilitados".

A ambientalista tem uma preocupação especial com o bioma Pampa que sofre uma expansão acelerada de plantação de eucalipto para a exportação de celulose. O Pampa é o segundo bioma brasileiro mais devastado. Já perdeu quase a metade da cobertura original de sua área de 178 mil quilômetros quadrados.

Lúcia afirma ainda que as constantes acusações de políticos de que boa parte das ONGs querem impedir o progresso da indústria de celulose no Brasil em nome dos interesses internacionais não procedem, uma vez que 90% da produção dessas empresas é exportada.

O pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), Paulo Barreto, acredita que a presença de representantes do agronegócio na Comissão de Meio Ambiente seria positiva se fosse reconhecido o desafio de preservar o meio ambiente preservando a legislação ambiental, ao contrário das tentativas do Parlamento de derrubar o Código Florestal.

Em nota, a Aracruz Celulose, uma das principais doadoras dos membros da comissão, afirmou que "não exerce atividades político-partidárias, mas apoia partidos e/ou candidatos cujas ideias e propostas sejam consistentes com seus princípios de negócios". E que faz doações para fins de financiamento de campanha político-eleitorais sempre observando os limites previstos em lei. Quanto ao embargo no Espírito Santo, a Aracruz afirma que encaminhou ao Ibama um pedido de desembargo da área, mas não teve manifestação do órgão.

Recentemente, a empresa entrou na lista negra do Bank Track, instituição que monitora a atuação de empresas e seus impactos sobre o meio ambiente. Na lista de acusações, está o desmatamento de florestas, danos ao solo, água e biodiversidade nas regiões onde atua.

CNA reúne deputados estaduais para discutir mudanças no Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 28/04/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, reuniu ontem à noite (27/4) deputados estaduais de todo o país na sede da entidade, em Brasília, para envolver os estados no debate sobre a reformulação do Código Florestal, em vigência há 44 anos. No encontro, ela defendeu que as unidades federativas elaborem seus próprios códigos ambientais, a exemplo de Santa Catarina, que sancionou suas normas no último dia 13 de abril. “A União define apenas as normas gerais. É necessário que cada estado faça sua lei observando suas peculiaridades. O que não dá é para fazer agricultura com o Código Florestal do jeito que está”, frisou.

Além de discutir o tema, os parlamentares presentes à reunião assistiram a palestras dos pesquisadores Gustavo Ribas Curcio e Evaristo Miranda, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que falaram sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs) e alcance territorial da legislação ambiental, respectivamente, e do advogado Roger Stiefelmann, doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Roger abordou a competência dos estados na legislação ambiental. O objetivo foi mostrar aos representantes das assembleias legislativas argumentos científicos e jurídicos que devem reger as discussões para que o Código Florestal seja reformulado. “A ciência vai proporcionar argumentações consistentes”, enfatizou a senadora.

Para o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Assuero Veronez, as dificuldades impostas aos produtores rurais pela legislação ambiental afetou o Brasil produtivo. “Antes, estes problemas passavam muito longe do produtor, mas o quadro se reverteu de maneira rápida”, afirmou. Ele exemplificou que mais de 50% das unidades de conservação do país foram criadas nos últimos cinco anos. Chamou a atenção, ainda, para o fato de a Amazônia estar totalmente engessada para o desenvolvimento. “Se a região podia dar importante contribuição para o desenvolvimento nacional, vive hoje o caminho inverso. Por isso, precisamos debater o assunto para resolver esse problema, pois, voluntariamente, estamos amputando o crescimento do Brasil”, alertou.

Relator do projeto que criou o Código Ambiental de Santa Catarina, o deputado estadual Romildo Titon (PMDB), também defendeu o engajamento dos estados na política de criação de seus próprios códigos ambientais. “Este é o caminho”, frisou. Segundo o vice-presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), Enori Barbieri, as barreiras encontradas pelo produtor diante da legislação ambiental poderiam impedir que boa parte do estado continuasse com a produção agrícola, caso o Código Florestal fosse integralmente cumprido. “Umhas 30 mil famílias teriam de abandonar o campo”, afirmou.

Estados apóiam criação de códigos ambientais – Sítio Eletrônico da CNA – 28/04/2009

A criação de um código ambiental estadual, a exemplo do que ocorreu em Santa Catarina, já começou a ter reação positiva de alguns estados. Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal são algumas das unidades federativas que se manifestaram favoravelmente à proposta, informou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, durante encontro, nesta terça-feira (28/4), para apresentar a secretários estaduais de Agricultura e Meio Ambiente estudos dos pesquisadores Gustavo Ribas Curcio e Evaristo Miranda, da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) e de Roger Stiefelmann, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

“Alguns governadores e assembleias já simpatizaram com a idéia. A competência dos estados em definirem suas leis ambientais, observando suas peculiaridades, já está definida no artigo 24 da Constituição. É muito mais eficaz. O Código Florestal de hoje não protege. Traz muita multa, punição, mas não traz resultados”, justificou Kátia Abreu. “Estamos há quase 13 anos discutindo sem conseguir fazer nenhuma mudança consistente e segura para compatibilizar produção e meio ambiente. O que precisamos é de um código ambiental, que é mais amplo e consistente do que um florestal”, complementou. Segundo Kátia Abreu, os estudos apresentados pelos especialistas da Embrapa poderão nortear os debates sobre a reforma do Código Florestal. “Já que nunca tivemos resultado na discussão com os governos, vamos entregar a questão para a ciência”, enfatizou.

Áreas de preservação

Em sua apresentação, o pesquisador Gustavo Ribas Curcio abordou as questões das margens dos rios e os topos de morro, que são Áreas de Preservação Permanente (APPs). Em relação ao primeiro item, o especialista mostrou que fatores como o declive da margem do rio, a profundidade e a qualidade do solo é que devem ser levados em conta na hora de definir o que deve ser plantado em áreas de encosta.

“O Código Florestal não define estas características nem as potencialidades e fragilidades das paisagens”, explicou Gustavo Curcio. Quanto aos topos de morro, ele afirmou que não há definição clara deste conceito. “Não se sabe o que deve ser classificado como morro para definirmos o que é topo”, argumentou. Para Kátia Abreu, são estes aspectos citados pelo pesquisador que devem ser observados. “Não dá para passar a régua no país inteiro achando que tudo é idêntico”, ressaltou a presidente da CNA, justificando a necessidade de os estados criarem seus próprios códigos ambientais.

Territorialidade

O tema abordado por Evaristo Miranda foi o alcance territorial das legislações ambiental e indigenista e os impactos na agropecuária. O estudo apresentado por ele aponta que 71% do território nacional estariam comprometidos com terras indígenas, unidades de conservação, Áreas de Reserva Legal e APPs. Os 29% restantes seriam destinados à produção rural, cidades e infra-estrutura. “Pode um país como um Brasil ter tudo isso de preservação? É sobre este tema que todos devem refletir”, afirmou.

O professor Roger Stiefelmann falou sobre a competência dos entes federativos na legislação ambiental. Baseado no artigo nº 24 da Constituição Federal, ele explicou que matérias relativas ao meio ambiente são de competência concorrente, ou seja, a União define as normas gerais e os estados decidem sobre as peculiaridades das regiões.

Santa

Catarina

Na avaliação do secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, Antônio Ceron, as unidades federativas devem buscar a normatização ambiental. Ele explicou que o Código Ambiental de seu estado, com 296 artigos, procurou definir tópicos relativos à mata ciliar, APPs, reserva legal, fiscalização ambiental, entre outros assuntos. De acordo com a nova lei, tudo o que já foi consolidado será preservado. “Procuramos adequar a realidade dentro do princípio da razoabilidade”, disse a assessora jurídica do governo catarinense, Juliana Malta corte.

Ministério vai unificar exigência de educação ambiental no licenciamento - Carlos Américo – Sítio Eletrônico do MMA – 28/04/2009

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estudam a possibilidade de unificar os critérios de investimentos em ações de educação ambiental como pré-requisito para o licenciamento ambiental dentro do que prevê a Lei 9.795. As medidas mitigatórias e compensatórias são exigidas principalmente de grandes empreendimentos com fortes impactos ambientais como os das áreas de petróleo e hidrelétricas, já que em obras de pequeno e médio porte as medidas são entendidas de forma dispersa. Espera-se que a proposta melhore o entendimento sobre o tema e abra a possibilidade de trabalhar o licenciamento ambiental como forma de assegurar o financiamento de projetos de educação ambiental, área carente de fontes de recursos específicas. Nesta quarta-feira (29) é a primeira reunião do grupo de trabalho que deve propor mecanismos legais, priorizando a aplicação em programas de educação ambiental junto às populações atingidas pelo empreendimento, conforme define a legislação em vigor.

O artigo 18 da lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, que estabelecia que 20% das multas por crimes ambientais fossem destinados para a educação ambiental, foi vetado, deixando o setor sem dotação orçamentária específica própria. Nenhum outro dispositivo foi colocado no lugar. Para o Ibama, a falta de uma definição clara sobre o que vem a ser projeto de educação ambiental deixa brechas para que os empreendedores defendam vários pontos de vista que nem sempre atendem aos objetivos da legislação.

Durante o seminário "10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental: avanços e necessidades em busca de uma sociedade sustentável", nesta terça-feira (28), a gerente de projeto do Departamento de Educação Ambiental do MMA, Mônica Armond, explicou que a idéia é adotar modelos como o do Rio de Janeiro, onde as empresas são obrigadas a ensinar à população sobre as questões ambientais, como benefícios para a conservação. Esse tipo de trabalho tem influência direta na participação da sociedade nas tomadas de decisão.

Para Mônica, a grande dificuldade é o controle e a fiscalização adequada sobre como será realizada a educação ambiental nesses casos. Para ela, é necessário fazer um diagnóstico da região onde será implementado o empreendimento e formular projetos que sejam coerentes com a realidade da população local. A avaliação é feita pela área técnica do Ibama, pois nem toda a população atingida tem prejuízos com as obras. A implementação enfrenta alguns desafios, como conseguir equipes com experiência comprovada na promoção de ações de educação ambiental e incentivar a participação dos municípios dos projetos.

O Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente exercerá a função de secretaria-executiva do grupo de trabalho, que terá prazo de 90 dias para concluir os trabalhos. A proposta do GT prevê que o empreendimento trabalhe a educação ambiental durante o período em que valer a licença ambiental. Isso possibilita o desenvolvimento, junto com a sociedade, de uma agenda de prioridades para a região, com projetos educativos de médio e longo prazos.

O GT é composto por representantes do Departamento de Educação Ambiental do MMA, das coordenações-gerais de Infra-Estrutura de Energia Elétrica, de Transporte, Mineração e Obras e Petróleo e Gás do Ibama e da DIUSP do Instituto Chico Mendes.

Durante o seminário que celebrou os 10 anos da PNEA, avaliando as ações realizadas e áreas em que devem avançar a educação ambiental, a diretora do Departamento de Educação Ambiental anunciou que em julho acontece o VI Fórum Nacional de Educação Ambiental, de 20 a 25 de julho, no Rio de Janeiro.

MMA defende, no Senado, legislação ambiental brasileira - Lucia Leão – Site Eletrônico do MMA – 29/04/2009

A legislação ambiental brasileira, especialmente o Código Florestal, não inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária do País, mas lhe garante uma reserva florestal de alto valor socioeconômico e essencial para a estratégia mundial de enfrentamento das mudanças climáticas pela redução das emissões de carbono. Esta é a posição que o Ministério do Meio Ambiente levou nesta quarta-feira à audiência pública convocada por onze comissões temáticas do Senado Federal para debater "O alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio". Em nome do órgão, Tasso Azevedo contestou a tese do engenheiro agrônomo Evaristo Eduardo de Miranda, pesquisador da Embrapa - que motivou a audiência - de que 70% do território brasileiro são vetados à produção porque constituem unidades de conservações, reservas indígenas, reservas legais ou áreas de preservação permanente.

"Essas medições, especialmente das áreas de reserva legal, estão superestimadas. E em mais de dois terços das áreas protegidas é permitida a exploração econômica através da produção sustentável, do manejo florestal e do agroextrativismo", frisou Tasso.

O representante do MMA demonstrou que, das áreas protegidas consideradas por Evaristo de Miranda, apenas 22% constituem-se em unidades de conservação de proteção integral. Mesmo assim elas podem ser importantes pólos de ecoturismo e gerar riquezas significativas num dos nichos de mercado mais promissores do mundo. As APPs - margens de rios, topos e encostas de morros - que representam cerca de 30% do total protegido, podem ter uso intensivo não florestal na prestação de serviços ambientais. Os restantes 48%, constituídos de reservas indígenas, reservas extrativistas, áreas de proteção integral, florestas nacionais, reservas legais e áreas de proteção ambiental, podem e já estão sendo utilizadas de modo sustentável para a produção de alimentos, madeira e outros produtos agroflorestais.

Com a intensificação da exploração agroflorestal sustentável e a utilização da tecnologia já existente para aumentar a produtividade nas terras destinadas a lavouras e pastagens, o País não corre nenhum risco de comprometer sua produção de alimentos. Tasso lembrou que, destinando 300 milhões de hectares à agricultura e pecuária o Brasil terá a quarta maior área de uso intensivo do planeta (só perderá para os Estados Unidos, a China e a Austrália) e destinará 1,5 ha para alimentar cada habitante (nos EUA é 1,3 ha). Uma posição bastante confortável, do ponto de vista da disponibilidade de terras, para

recuperar a cobertura florestal nos 50 milhões de hectares que foram desmatados ilegalmente e cumprir a sua parte no desafio planetário de reduzir as emissões de carbono e segurar em limites suportáveis o aquecimento global.

Governo começa a cadastrar em junho ocupantes de terras da Amazônia – Arnaldo Galvão - Valor Econômico – Brasil – 29/04/2009

O governo quer iniciar até a segunda semana de junho o cadastramento dos ocupantes para a regularização de 21,7 milhões de hectares em terras da União na Amazônia Legal. Essas áreas já têm concluído o trabalho de georreferenciamento e a meta do governo é concluir o cadastramento ainda neste ano, aproveitando o período de seca na região, de junho a novembro. As operações de campo já podem ser feitas porque foi publicado, na edição de ontem do "Diário Oficial da União", o Decreto 6.830 que regulamenta a Medida Provisória (MP) 458, de 10 de fevereiro de 2009.

O coordenador geral do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Carlos Mário Guedes de Guedes, diz que o decreto abre a possibilidade de entidades representativas de segmentos da sociedade acompanharem os processos e ainda garante aos governos estaduais participação na regularização fundiária prevista na MP 458. Ao todo, poderão ser regularizados 67,4 milhões de hectares em terras da União, o que envolve 296 mil posses em 436 municípios.

São muitas as polêmicas na tramitação da MP 458 no Congresso. Grupos de ambientalistas e pequenos produtores pressionam os parlamentares para que rejeitem a MP alegando que ela beneficia invasores, grileiros e grandes proprietários interessados na especulação imobiliária e ainda estimula a ocupação desordenada da Amazônia, aumentando o desmatamento. Além disso, o projeto de conversão do relator na Câmara, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), propõe muitas mudanças em relação ao texto do Executivo, facilitando a regularização. O plenário da Câmara pode votar hoje a conversão da MP 458.

Ontem, durante audiência no Senado, ficou claro o apoio dos ruralistas à MP 458. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), defendeu a regularização fundiária na Amazônia alegando que os produtores estabelecidos na região precisam de segurança jurídica. "Esperamos por isso há oito anos", disse.

Posição contrária foi manifestada pelo representante da organização não-governamental Greenpeace, Sérgio Leitão. Ele argumentou que não há urgência no tema e, portanto, foi desrespeitado um dos requisitos constitucionais para a publicação de medidas provisórias. No mérito, afirma que o valor da terra não baixou com a crise econômica e a MP, além de não exigir contrapartidas ambientais, viabiliza um mercado que não existe, o das terras que ainda estão em nome da União. "A terra, na Amazônia, é um insumo barato capturado pelo poder econômico. Nas primeiras fases da exploração, retiram madeira, criam gado e arrendam terras. Na última fase, precisam de títulos dos imóveis para vendê-los a grandes investidores", criticou Leitão.

O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, defensor da regularização fundiária na Amazônia, justificou sua ausência ontem no Senado afirmando, por escrito, aos integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que "tem preocupações que prefere explicar pessoalmente".

Lázaro Dobri, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), disse que a MP 458 beneficia grandes produtores e legaliza invasões. "Desde quando distribuir títulos resolve problema de pequeno produtor? Não vamos aceitar, porque isso é regularização fundiária", protestou. Dobri informou que 6% dos ocupantes de terras na Amazônia têm 80% da área.

Guedes, do MDA, justificou a publicação da MP 458 explicando que as exigências para a regularização eram únicas para todo o país, mas as condições da Amazônia são diferentes. Ele disse que, segundo a MP, a vistoria é facultativa só para áreas menores, de até quatro módulos fiscais. Mesmo nesses casos, garantiu que vai haver vistoria quando há notícia de conflito agrário ou dano ambiental.

Para ONG, foco deve ser a recuperação de áreas – Daniela Chiaretti – Valor Econômico
– Brasil – 29/04/2009

Custa entre R\$ 800 a R\$ 1.500 por hectare para recuperar áreas degradadas na Amazônia e utilizá-las com pecuária mais eficiente. Se for para soja, o valor chega a R\$ 5 mil, segundo dados da Embrapa Amazônia Ocidental que constam do relatório "A Hora da Conta" lançado pela Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. O presidente Lula, em entrevista recente, disse que o Brasil tem 60 milhões de hectares de áreas degradadas - basicamente o mesmo número que o país ocupa hoje com agricultura. "Parece papo de louco", resume Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra. "Por que não usamos as áreas degradadas e preferimos continuar desmatando?"

Basicamente, porque é mais barato e rápido desmatar que recuperar. "E quem vai pagar este investimento? Esta é que é a pergunta", prossegue o ambientalista, referindo-se ao controverso estudo que será debatido hoje no Senado, de Evaristo Miranda, chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite e que diz que, aplicada a legislação ambiental e indigenista, sobram 29% de território para agricultura e energia no Brasil. "O governo deveria restringir a possibilidade de se expandir áreas na Amazônia, subsidiar a recuperação das degradadas e triplicar a produtividade média atual", prossegue.

Enquanto isso, em Brasília, discute-se um número que, para os ambientalistas é equivocado e serve apenas para legitimar o discurso ruralista de que a legislação ambiental e indigenista breca a expansão da agricultura brasileira. "É uma pergunta legítima, qual o alcance da legislação territorial brasileira", pontua Carlos Alberto Scaramuzza, superintendente de conservação da WWF-Brasil, referindo-se ao estudo de Miranda. "O problema é que os procedimentos que foram adotados no trabalho não levam a uma resposta confiável." Segundo ele, o que será apresentado no Senado "não é ciência". Explica: "Neste trabalho, tudo o que tinha duas interpretações possíveis foi enviesado sempre para a interpretação que favoreceria um número menor de área para agricultura no Brasil". A conclusão deste debate pode ser temerária: "O Código Florestal é uma das políticas mais importantes do ordenamento territorial brasileiro: vamos basear toda esta política num estudo que não é ciência e sobre o qual há uma série de dúvidas? Não deveríamos estar discutindo um número, mas o que o que é bom e o que é ruim no Código Florestal."

Para Scaramuzza, que trabalhou sete anos com Miranda no então Núcleo de Monitoramento Ambiental, cabe à Embrapa, que "começou este imbróglio", responder à tal questão. Propõe que se chamem os outros pesquisadores da instituição que se debruçam sobre o tema, além de especialistas do INPE e da USP, que o estudo seja publicado em revistas científicas e revisado pelos pares, de acordo com o rito.

O estudo de Miranda é bombardeado também por acadêmicos. "A Amazônia e Pantanal são biomas muito especiais. É desonestidade intelectual misturá-los com os outros, porque sabe-se de antemão que não têm vocação agrícola", diz o professor da FEA-USP José Eli da Veiga. "Miranda faz o cálculo bioma por bioma, junta tudo e diz que é menos de 30%. Isso é manipulação de dados", alerta. Ele lembra que a soma das áreas, no próprio estudo, dos biomas com aptidão agrícola, dá 65% . "É muito mais que os 40% de terra disponível nos EUA. E isto o estudo não diz."

Ruralistas pedem que Estados definam desmate – Marta Salomon – Folha de São Paulo
– Brasil – 30/04/2009

Segundo a Embrapa, resta à atividade produtiva uma parcela entre 29% e 41% do território nacional

Com base no cálculo de que os produtores rurais teriam de gastar R\$ 500 bilhões (quase a sexta parte do PIB brasileiro) para recuperar áreas ilegalmente desmatadas no país, representantes do agronegócio vão formalizar ao presidente Lula no domingo proposta de delegar aos Estados a competência de regular os limites de desmatamento em cada um. Cumprida à risca a legislação ambiental, a área do país já desmatada ilegalmente corresponde a pouco mais de duas vezes o tamanho do Estado de São Paulo -50 milhões de hectares.

Os produtores que ocupam essas áreas terão de se ajustar e começarão a ser punidos com multas no final do ano, caso as atuais regras sejam mantidas. "A legislação brasileira não condiz com a realidade, estão colocando os produtores rurais na ilegalidade, e foi esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de toneladas de grãos e a balança comercial ficar positiva", disse a presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), senadora Kátia Abreu (DEM-TO). Abreu lidera a reação do agronegócio aos atuais limites de desmatamento. Mudanças no Código Florestal foram tema de cinco horas de debate ontem no plenário do Senado. O embate não produziu uma proposta consensual de mudança, apesar do apoio a uma moratória no desmatamento, apontada por pesquisa Datafolha publicada ontem. Na prática, a CNA e a bancada ruralista do Congresso querem expandir para o país a polêmica redução de 30 para 5 metros da faixa de proteção ambiental ao longo dos rios, aprovada recentemente em Santa Catarina e objeto de contestação na Justiça. O documento que será entregue ao presidente no dia 3 terá como título "Carta de Uberaba". Kátia Abreu disse que foi o presidente Lula quem encomendou estudo da estatal Embrapa, segundo o qual restariam ao agronegócio uma área entre 29% e 41% do território nacional. Uma parcela de 59% a 71% do país seria protegida pela legislação ambiental, de acordo com os cenários definidos pelo pesquisador Evaristo Miranda. Nessas áreas, o uso econômico -dos vinhedos do sul do país à pecuária de corte de boa parte do Brasil- seria irregular. Os números da Embrapa foram contestados ontem mesmo por ONGs ambientalistas e pelo Ministério do Meio Ambiente. O Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) calcula que a agropecuária dispõe de área entre 36% e 43% do território para produzir. Tasso Azevedo, consultor do Meio Ambiente, calcula que 78% das áreas protegidas pela legislação podem ser usadas em atividades produtivas. Ele classificou de "exagero" a estimativa de custo da CNA para recuperar os 50 milhões de hectares desmatados ilegalmente. "O governo está definindo um modelo de recuperação da floresta com atividades produtivas e financiadas com taxas de juros de 4% ao ano."

O líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), condenou a mudança na legislação em Santa Catarina. "Não queremos punir produtores irracionalmente, mas temos de partir da premissa de que não haverá mais desmatamento", disse. A ex-ministra Marina Silva insistiu em que é possível preservar o meio ambiente sem que a agronegócio tenha de perder a competitividade.

Ausente ao debate de ontem, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, não endossou a proposta da CNA e da bancada ruralista de repassar aos Estados a competência sobre a legislação ambiental. "É mais inteligente corrigir a legislação", disse o ministro, referindo-se ao Código Florestal.

Prazo para evitar perigo climático está quase no fim – Folha de São Paulo – Ciência – 30/04/2009

Mesmo com corte drástico no CO₂, existe risco de 25% de o aquecimento global ultrapassar o limite arriscado de 2°C

Estudo define uma cota de 1 trilhão de toneladas de gás carbônico como o teto a ser emitido até 2050 para que clima não fique "perigoso"

A humanidade já está passando do ponto de conseguir evitar uma catástrofe climática. Um novo estudo mostra que o mundo tem de emitir no máximo 1 trilhão de toneladas de CO₂ nos primeiros 50 anos deste século se quiser ter uma chance razoável de evitar um aquecimento de mais de 2C na temperatura global. Porém, apenas nos últimos nove anos, já lançou um terço disso. O diagnóstico aparece hoje no periódico "Nature". Foi a primeira vez que uma pesquisa fez um cálculo desse tipo. Segundo o estudo, mesmo que o mundo consiga seguir o planejamento de emitir no máximo 700 bilhões de toneladas de CO₂ daqui a 2050, haverá uma chance de 25% de a temperatura aumentar mais do que 2C, limite considerado seguro pelos cientistas. "Ninguém entraria num carro se a chance de não chegar ao destino fosse de uma em quatro", avalia o líder do estudo, o pesquisador Malte Meinshausen, do Instituto de Pesquisa de Impactos Climáticos de Potsdam (Alemanha). Segundo ele, se continuarmos a queimar combustíveis fósseis no ritmo atual, atingiremos a cota máxima em 2030. Dessa forma, ficará inviável segurar o aumento da temperatura em 2C até 2100. Para tentar limitar o aumento da temperatura em 2C, diz, o mundo só poderá usar um quarto das reservas de combustíveis fósseis comprovadas até agora entre 2009 e 2050. Isso vale especialmente para o carvão mineral, o combustível fóssil mais barato, mais abundante e mais poluente. "A queima de carvão domina completamente as emissões de gases-estufa", diz Paulo Artaxo, físico da USP membro do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática).

Nem **assim**

As implicações políticas dos novos dados são enormes. Eles sugerem que nem mesmo as metas mais ambiciosas em discussão hoje para corte de emissões de gases-estufa no futuro evitarão com certeza aquilo que os cientistas chamam de "interferência perigosa". A meta em discussão nas negociações internacionais de clima é reduzir as emissões de gases-estufa em 50% até 2050. Também se discute uma meta de curto prazo, para 2020, mas ainda não há consenso. Meinshausen e colegas argumentam, no entanto, que as emissões precisam cair mais de 50% em relação aos níveis de 1990 para limitar o risco de exceder os 2C em 25%. Além disso, afirmam que as emissões precisam começar a declinar antes de 2020 -por volta de 2015 idealmente.

Para Nobre, o fato de o estudo mostrar um número máximo de quanto poderemos emitir num determinado período "não significa que será possível continuar com o status quo e torcer para que um dia apareça uma tecnologia que nos torne completamente independente dos combustíveis fósseis".

Os autores dizem que se o mundo deixar para começar a cortar radicalmente suas emissões após 2025, seria necessário uma redução de 10% ao ano para ficar dentro da cota -muito mais do que o Protocolo de Kyoto, que vem sendo cumprido por poucos países, prevê para um prazo de quatro anos.

Incerteza

Nobre explica que o mundo não estará livre dos impactos mesmo com um aquecimento limitado a 2C. Com essa temperatura adicional, a Terra estaria mais quente do que esteve em vários milhões de anos. O nível do mar pode subir 50 cm ou mais, ilhas oceânicas podem desaparecer e as tempestades podem ficar mais severas. Desde o começo da era industrial, a temperatura já subiu 0,8C. Martin Parry, um dos líderes do IPCC, é mais pessimista: "Nós deveríamos planejar uma adaptação a pelo menos 4C de aquecimento", escreveu, num comentário na "Nature".

Estudos aquecem negociação da ONU sobre clima – Folha de São Paulo – Ciência – 30/04/2009

DA REPORTAGEM LOCAL

O pacote da revista "Nature" com estudos e comentários sobre o aquecimento global foi publicado no mesmo mês em que efetivamente começaram as negociações em torno das metas de redução de gases-estufa -numa reunião em Bonn, na Alemanha. No final deste ano, na conferência do clima em Copenhague, deve ser fechado o acordo

entre os países -porém, até agora, tem-se evitado colocar propostas na mesa. Apesar de a maioria dos comentários de seus colegas cientistas na "Nature" serem pessimistas, Malte Meinshausen não mostra desânimo. Ele diz considerar que o custo econômico da redução das emissões pode ser moderado, e está longe do que custará a compensação pelos prejuízos provocados pelo aquecimento global.

1,5°C

As pequenas nações-ilhas e os países menos desenvolvidos -que sofrerão mais com os desastres climáticos- passaram a defender um aumento máximo da temperatura de 1,5°C na conferência do clima da Polônia, em dezembro. Meinshausen diz que o estudo começou há três anos e, por isso, utilizou 2°C. Porém, afirma que uma próxima pesquisa usará 1,5°C.

Código Florestal: para Via Campesina, audiência no Senado foi “tiro no pé” dos ruralistas – Sítio Eletrônico do MST – 30/04/2009

A proposta de reforma do Código Florestal Brasileiro, defendida pelos parlamentares da bancada ruralista como forma de reduzir a chamada reserva legal - e, conseqüentemente, aumentar a área de atuação do agronegócio no país - foi colocada em xeque por legisladores e entidades ambientalistas na tarde desta terça-feira (29/04), durante audiência pública realizada no Senado Federal.

A atividade foi convocada pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO) e tinha por objetivo apresentar um estudo que afirmava não haver mais terras para a agropecuária em função da vigência do Código Florestal. O trabalho sustentava que “somente” 29% do território brasileiro (ou cerca de 245,5 milhões de hectares) estaria disponível para a agropecuária.

Tasso Azevedo, assessor especial para Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, rebateu o argumento dos ruralistas ao mostrar que as restrições de uso da terra perfazem apenas 22% do território nacional. Assim, 300 milhões de hectares estariam disponíveis à produção agrícola, considerando que as áreas de unidades de conservação de uso sustentável e as terras indígenas comportam atividades produtivas.

Os debatedores Heman Benjamim, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Beto Ricardo (Instituto Socioambiental), Adalberto Veríssimo (Imazon) e Márcio Meira (Presidente da Funai), sustentaram em seus apontamentos que o Código Florestal é atual e necessário para

a preservação da sociobiodiversidade brasileira. Eles reafirmaram, ainda, a necessidade de recuperação dos 50 milhões de hectares de terras degradadas em consequência do avanço do modelo de exploração instaurado pelo agronegócio.

"Não vai haver rolo compressor nessa matéria, porque a sociedade vai reagir", garantiu o senador Aloízio Mercadante (PT-SP).

Outro objetivo da audiência era conseguir o apoio do Senado ao Código Ambiental de Santa Catarina, aprovado pela Assembleia Legislativa catarinense no final de março deste ano e promulgado pelo governador do estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB). A maioria dos senadores recriminou, porém, a aprovação do Código por sua inconstitucionalidade. Entre os principais problemas do projeto, está a diminuição das áreas de proteção das matas ciliares de 30 para 5 metros.

“Consideramos que a audiência representou uma derrota para os ruralistas, um tiro no pé. Eles propuseram a audiência para criar um consenso e tiveram suas propostas refutadas pela maioria dos presentes”, comenta Luiz Zarref, integrante da Via Campesina Brasil. “Precisamos, porém, ter consciência de que este é apenas um dos muitos espaços de atuação dos ruralistas para forçar o desmonte do Código. É necessário ficar alerta e que mobilizar o conjunto da sociedade para o debate”.

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a defesa do Código Florestal deve ser encarada um “compromisso inter-geracional”. “Temos que pensar naqueles que ainda não nasceram, e não apenas em nossos filhos e netos. O lucro de algumas décadas não pode ser mais importante do que nosso futuro. Essa decisão deve ser fruto de um processo de discussão com a sociedade”, defendeu.

Um estudo divulgado pelo instituto de pesquisa Datafolha, também publicado nesta terça-feira, mostrou que 94% da população prefere a suspensão do desmatamento das florestas brasileiras ao aumento da produção agropecuária no país.

Debate sobre novo Código Florestal racha Senado – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 30/04/2009

Em confronto aberto no plenário do Senado, ambientalistas e ruralistas travaram ontem mais um duro embate na disputa política causada pela proposta de reforma do Código Florestal Brasileiro. Em inédita audiência pública conjunta de 11 comissões do Senado, houve guerra de números, pesquisas e versões. Da tribuna, senadores trocaram acusações e as "torcidas" dos dois lados se manifestaram livremente com vaias e aplausos nas galerias da Casa.

Os ruralistas pretendem mudar o código para reduzir percentuais de conservação obrigatória (reserva legal), permitir a recomposição florestal com espécies exóticas "comerciais" em outras bacias hidrográficas ou Estados, além de garantir financiamento para recuperação de áreas degradadas e pagamento por manter a floresta em pé (serviços ambientais).

Já os ambientalistas resistem a qualquer mudança, não querem "anistia" para quem destruiu a floresta, mas admitem subsídios oficiais a quem preservar as áreas protegidas.

No plenário, os embates foram duros. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou que queria "pautar a discussão pela ciência", mas não admitia "leis que não possam ser cumpridas" pelos cerca de 5 milhões de produtores rurais do país. Segundo disse, "a lei atual não foi votada por nós, pois é uma medida provisória de 2001".

Também presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), a senadora defendeu que o percentual de proteção exigido por lei seja calculado sobre a cobertura vegetal existente e não sobre a totalidade de cada propriedade. E apelou para que os Estados pudessem legislar sobre questões ambientais.

Em resposta, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) rejeitou as pressões da bancada ruralista e pediu cautela nas mudanças no código. "Não haverá rolo compressor nessa matéria porque a sociedade vai reagir", disse. Ele pediu um "compromisso" dos ruralistas para evitar novos desmatamentos. "Queremos esse compromisso, mas sem atropelar o Congresso".

No mesmo tom, a senadora Marina Silva (PT-AC) acusou os produtores de praticarem uma "forma errada de agricultura" e ironizou que os "desenvolvimentistas" agora peçam alternativas aos ambientalistas. "Temos que pensar naqueles que ainda não nasceram, e não apenas em nossos filhos e netos. O lucro de algumas décadas não pode ser mais importante do que nosso futuro", afirmou a ex-ministra.

O cenário estava desenhado para debater um polêmico estudo assinado pelo chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, o pesquisador Evaristo Miranda. O trabalho afirmava que "apenas" 29% do território brasileiro estaria livre para a atividade agropecuária - ou 245,5 milhões de hectares.

O Ministério do Meio Ambiente apostou na "desconstrução" da pesquisa ao inverter o raciocínio e apontar que as restrições de uso da terra atingem "somente" 22% do território nacional. Assim, estariam disponíveis 300 milhões de hectares à atividade produtiva, apontou o assessor especial para Clima e Florestas, Tasso Azevedo.

Entre as duas estimativas, há uma diferença significativa de 55 milhões de hectares. Outro estudo preliminar, apresentado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) aos senadores, afirma que haveria entre 306 milhões e 366 milhões de hectares que estariam aptos à agropecuária.

A diferença está na forma de cálculo. Para a Embrapa, estão excluídas das estimativas as áreas de unidades de conservação de uso sustentável e as terras indígenas. O Ministério do Meio Ambiente e o Ipam, ao contrário, consideram as duas categorias como de "uso intensivo" permitido para atividades produtivas. Há divergências nos cálculos de reserva legal exigidas pelo Código Florestal, segundo as diferentes regiões do país, e das áreas de preservação permanente (APPs), que devem ser mantidas em beiras de rio e topos de morro.

Objetivos socioambientais por meio de mercados – Ricardo Abramovay – Valor Econômico – Colunistas – 30/04/2009

Consumidores eticamente ativos formam mais da metade dos 14.500 entrevistados em 15 países pela prestigiosa organização GlobeScan (Global Public Opinion and Stakeholder Research). A marca "comércio justo" (Fair Trade) lhes é familiar. Dois terços do universo total da pesquisa acreditam que a Fair Trade Labeling Organization é rigorosa ao emitir seus parâmetros de avaliação. Estas informações, divulgadas há alguns dias (<http://www.globescan.com/>), são coerentes com o fato de que em 2008 as vendas de produtos do comércio justo aumentaram 24% na Áustria, 40% na Dinamarca, 57% na Finlândia, 22% na França, 75% na Suécia, 43% no Reino Unido e 10% nos EUA. Em nenhum dos 15 países pesquisados houve queda nas vendas em 2008, mesmo com o aprofundamento da crise.

A Starbucks é hoje o maior comprador do mundo em produtos do comércio justo. Ela optou por caminho diferente do escolhido pela Mc Donald's, que na Grã-Bretanha só vende café certificado pela Rainforest Alliance, uma prestigiosa ONG voltada tanto ao fortalecimento de comunidades locais como de práticas produtivas compatíveis com a integridade dos ecossistemas em países em desenvolvimento. Cadbury e Mars são também empresas que vincularam suas marcas a produtos certificados pelo comércio justo ou pela Rainforest Alliance, nos últimos anos.

É verdade que, comparado ao volume do comércio mundial, pode parecer exagero apoiar-se nestes produtos de sobremesa (café e chocolate) ou de artesanato (como muitas vezes é o caso no comércio justo) para defender que o mundo está entrando numa nova era de consumismo ético. Por isso é interessante examinar os resultados de um trabalho recente

da consultoria internacional A. T. Kearney ("Green" Winners) mostrando que as empresas reconhecidas como sustentáveis pelos Índices Dow Jones e Goldman & Sachs tiveram resultados superiores a suas congêneres em 16 dos 18 setores examinados no ano de 2008. São companhias que (segundo os termos da consultoria A. T. Kearney) encaram a sustentabilidade não como obrigação filantrópica, mas como parte fundamental de sua estratégia de negócios.

Aqui também ao menos duas objeções podem ser levantadas: não é fácil demonstrar que o maior valor acionário destas empresas decorra realmente de suas práticas ambientais saudáveis (e não, por exemplo, de seu tamanho ou do prestígio geral de suas marcas). Além disso, é possível colocar em dúvida os próprios parâmetros a partir dos quais as empresas passam a fazer parte destes índices.

O que, no entanto chama a atenção nestes dois trabalhos recentes, e mais ainda no recém lançado State of Green Business 2009 (www.greenbiz.com), é a intensidade com que um número crescente de organizações de mercado se lança no esforço de produzir rastreamento, selos de qualidade e certificação. É claro que está em jogo aí a reputação das empresas e de suas marcas. Esta reputação passa, cada vez mais, pela maneira como as companhias privadas se relacionam com os ambientes sociais em que atuam e de que dependem. Além disso, impressiona a produção cada vez mais detalhada de indicadores de desempenho que não se limitam aos preços e à qualidade imediata do produto para seus usuários.

Foi-se o tempo em que apenas produtos considerados de nicho (comercializados em mercados especiais e de alta renda) tinham que se dotar de atributos que iam além daquilo que a legislação de cada país exigia. Hoje, a qualificação dos produtos é cada vez mais generalizada e profunda. O State of Green Business 2009 mostra de que maneira a sociedade americana se relaciona com os recursos de que depende sua prosperidade em setores decisivos como construção civil, tecnologia da informação, lixo eletrônico, transporte, indústria química e papel. Mais que isso, faz uma avaliação da intensidade do uso de água na produção industrial, das emissões e do próprio consumo de energia.

É impossível resumir estes resultados num indicador único: não existe e provavelmente nunca existirá um parâmetro sintético capaz de medir o estado das relações entre sociedade e natureza que se compare àquilo que o PIB representa para o crescimento econômico. Ainda assim, é importante observar a melhoria dos indicadores da relação entre a economia e os ecossistemas: no sexto relatório do Carbon Disclosure Project, de 2008, as 500 grandes empresas que o compõem medem não apenas suas próprias emissões, mas aquelas contidas na energia que compram, nas emissões indiretas derivadas das viagens de negócios, do transporte dos funcionários, do funcionamento de suas cadeias de negócios (supply chain) e do próprio ciclo de vida dos produtos.

Estes indicadores passam a funcionar como bússolas de orientação para práticas empresariais. Mais que resultado da indispensável engenharia ambiental, eles se formam sempre em disputas sociais que têm lugar nas agências governamentais, no interior das empresas e na relação entre ambas e os diferentes segmentos da sociedade civil organizada. Vários destes indicadores são estabelecidos em longos processos de negociação, como os que ocorrem agora na Mesa Redonda da Soja Responsável (que se reúne nos dias 26 e 27 de maio próximo), na dos Biocombustíveis Sustentáveis ou como os que se consolidaram no Forest Stewardship Council (FSC), cujo prestígio e reconhecimento internacionais são consagrados.

Há 150 anos, quando mercados tipicamente capitalistas estavam em sua infância, Marx opunha a inteligência da organização fabril à anarquia da produção social e preconizava algo próximo a um planejamento centralizado que fizesse das necessidades sociais o eixo da vida econômica. O desenvolvimento dos mercados contemporâneos, sua tão salutar mistura com a organização social talvez os tenha transformado numa arena privilegiada em que objetivos fundamentais como justiça, solidariedade, participação social, preservação e valorização da biodiversidade são cada vez mais expostos. É um campo de conflitos e disputas em torno de interesses e visões de mundo e não um projeto pronto e acabado sobre como organizar o mundo. Mas é isso que faz dos mercados um dos mais interessantes meios de expressão das lutas políticas e culturais contemporâneas.

Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA/USP, é coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental (Nesa), pesquisador do CNPq e organizador de Biocombustíveis: A Energia da Controvérsia (Ed. Senac) www.econ.fea.usp.br/abramovay/

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

